



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA
BRASILEIRA**

Gabriela Morais Rigo

Lajeado, novembro de 2021

Gabriela Morais Rigo

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA
BRASILEIRA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Fernanda Barth Barasuol

Lajeado, novembro de 2021

RESUMO

Considerando que no processo da carreira diplomática há desigualdade de gênero, o presente trabalho tem por objetivo, através de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e quantitativa, discutir a desigualdade de gênero na carreira diplomática brasileira. Através da narrativa feminista da história se compreende a dificuldade que a mulher tem para se inserir na vida pública da sociedade, ainda mais em carreiras com posições de tomadas de decisão e poder. O trabalho será dividido em três capítulos: O primeiro capítulo irá apresentar o debate feminista nas Relações Internacionais; o segundo tratará de exprimir um panorama histórico da presença da mulher no Itamaraty, junto a uma análise da mulher na política internacional e na carreira diplomática, especificadamente e; por fim, o último capítulo apresentará uma entrevista realizada com mulheres diplomatas a partir do trabalho realizado por Viviane Balbino (2011), com o propósito de comparar as respostas e analisar se houve ou não avanços satisfatórios desde a publicação de seu trabalho. Portanto, buscar-se-á compreender, através da teoria feminista de Relações Internacionais, o processo que sustenta a desigualdade de gênero na carreira diplomática brasileira, assim como analisar as mudanças e políticas efetivadas na procura por igualdade de gênero.

Palavras-chave: Carreira Diplomática; Desigualdade de Gênero; Teoria Feminista;

ABSTRACT

Considering the idea in which we live in a patriarchal society, this monograph discusses, throughout a descriptive, bibliographic and quantitative research, the gender inequality present in the Brazilian diplomatic career. From a feminist point of view, one can better understand the difficulty women have to participate in the public sphere. The text will be divided in three chapters: The first will present the feminist debate in International Relations; the second one will aim to offer an historical panorama of women in Itamaraty, together with an analysis of women in international politics and diplomatic career and the last chapter will present an interview with women diplomats, based on the work by Viviane Balbino (2011) with the purpose to compare the answers and analyze if there were any satisfactory changes since the publication of her work. Therefore, the study's focus is to comprehend, based in the feminist theory of International Relations, the process which maintain the gender inequality on the Brazilian diplomatic career, as well as analyzing the changes and effective policies on the search for gender equality.

Key-Words: Diplomatic Career; Gender Inequality; Feminist Theory;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. O DEBATE FEMINISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	10
1.1 APRESENTAÇÃO DO DEBATE FEMINISTA:	11
1.2 FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:	19
2. A MULHER BRASILEIRA NA CARREIRA DIPLOMÁTICA	24
2.1 MULHERES NA POLÍTICA INTERNACIONAL	25
2.2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIPLOMACIA BRASILEIRA	31
2.3 ASCENSÃO FEMININA NOS CARGOS DE UMA CARREIRA DE PERFIL MASCULINO	35
3. ENTREVISTA	40
3.1 VIDA PROFISSIONAL E FAMILIAR	41
3.2 INCENTIVOS E MUDANÇAS	45
3.3 COMPARAÇÃO DAS PESQUISAS	47
4. CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do feminismo como um movimento político-social pode ser representado através de três “ondas” marcadas por acontecimentos históricos. Isso não significa que a pauta esteja presa neste espaço histórico-temporal, mas essas “ondas” ajudam a compreender com maior facilidade e didática o movimento feminista. Mesmo assim, é importante entender que há várias vertentes feministas e ainda que elas concordem com algumas pautas, estes movimentos paralelos também possuem especificidades e peculiaridades quanto aos seus objetivos de luta (FRANCHINI, 2017).

A primeira “onda” teve início no século XIX e se estendeu até o século XX. Ela é caracterizada pela luta das sufragistas e do operariado feminino da época, que conforma o feminismo liberal. A segunda “onda” é datada de meados dos anos de 1950 a meados dos anos de 1990. Ela é marcada pelo surgimento da vertente do feminismo radical que lutava, basicamente, pelos direitos reprodutivos. Além disso, é marcada também por discussões acerca da sexualidade da mulher e pela publicação do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, que inicia a discussão sobre a distinção entre os termos “sexo” e “gênero”. Em relação à terceira “onda”, esta possui um caráter pós-estruturalista. A partir desta perspectiva que vertentes feministas contemporâneas, como o feminismo punk, interseccional e o multiculturalismo começam a aparecer. Assim, este novo debate tem como pauta continuar com preceitos defendidos na segunda onda, mas com uma nova perspectiva: a de “liberdade de escolha”, opondo-se ao universalismo e ao particularismo. (FRANCHINI, 2017).

Tomando como referência o debate iniciado pela segunda onda, entende-se necessário esclarecer os termos “sexo” e “gênero” que serão muito utilizados no trabalho ao se referir à representação feminina. Segundo Balbino (2011), “sexo” é o termo que diz respeito a fisionomia do ser humano, que compete na característica biológica entre apenas dois grupos: feminino e masculino. Já o termo “gênero” é utilizado quando se diz respeito à identificação do indivíduo a partir da sociedade. Ou seja, trata de uma leitura sócio-cultural pela qual o ser humano passa a encontrar sua identidade dentro de um grupo. Assim, este trabalho, ao utilizar o termo mulher, estará se referindo, predominantemente, ao sexo feminino, compreendendo as diferenciações entre os termos. Apesar deste não ser o foco do trabalho, reconhece-se a importância do assunto e sua relevância para um entendimento mais completo da hipótese desta monografia. Também ressalta-se que este estudo se baseará no feminismo moldado na visão ocidental do mundo.

Podemos enxergar a aproximação dos estudos de gênero com o campo de Relações Internacionais (RI) a partir do fim da Guerra Fria, quando as teorias tradicionais passaram a ser questionadas e o movimento pós-positivista começou a receber maior atenção no meio acadêmico. Foi neste momento de remodelação teórica que a teoria feminista passou a se fazer presente.

Conforme o livro “Lentes de Gênero - Missões de Paz”, escrito por Tamyra Rocha Rebelo (2012), compreende-se, de acordo com a teoria crítica, que “o conhecimento é um processo social, devendo colaborar para a emancipação humana”. As feministas debatem as questões de gênero, interpelando conceitos pré-determinados e enxergando a sociedade como fator essencial para procederem com seus ideais, já que ela possui o poder de mudar e reinterpretar o conhecimento.

Conforme os estudos de Ann Tickner (1992), as Relações Internacionais, assim como a segurança internacional, foram campos criados, desenvolvidos e liderados por homens. De maneira que até agora as políticas criadas para o campo internacional foram feitas a partir da perspectiva masculina, negligenciando a mulher nesse espaço político. Também se percebe que a marginalização da mulher no campo de Relações Internacionais é resultado de uma construção patriarcal da política, ou seja, tanto o campo, quanto a prática das relações internacionais é dominado pela visão de mundo masculina. Logo, em seu trabalho, Tickner expressa que a participação feminina nos ramos da política se faz necessário, já que elas têm muito a oferecer para mudar este pensamento patriarcal (NARAN, 2017).

Seguindo a premissa de que a política enaltece o masculino e inferioriza o feminino, a autora feminista Cynthia Enloe, no seu livro “Bananas, Beaches and Bases”, de 1989, faz uma pergunta: “onde estão as mulheres”? Para ela essa pergunta é necessária para entendermos como a sociedade funciona, já que o mundo da política internacional está pedindo novas habilidades e ideias. Enloe sustenta que as feministas possuem uma visão necessária para o aprofundamento das Relações Internacionais. Estudar o gênero é um desafio que requer tanto a reestruturação quanto a criação de muitas ideias, logo, a pergunta proposta por Enloe (1989) é necessária para entender que mesmo com o domínio masculino nas Relações Internacionais as mulheres se fazem presentes, ainda que em lugares não convencionais. Por isso, o papel das feministas na política internacional é importante, já que talvez essas novas habilidades estejam ligadas à complexidade do papel feminino no meio internacional e à necessidade de sua visibilidade (ENLOE, 1989).

Nas Relações Internacionais, uma das principais áreas de estudo é a Diplomacia. A prática, basicamente, serviria como um meio para entender o comportamento dos Estados e defender os interesses nacionais. Resumindo, “a diplomacia permanecia essencialmente como uma ‘janela’ para as motivações e aspirações estatais.” (MEDEIROS, 2017. p. 11). A partir da remodelação teórica pós-positivista, compreendeu-se que a prática da diplomacia envolve vários comportamentos e regras explícitas e implícitas que diferenciam os diplomatas de outros funcionários públicos. Essas regras e costumes acabam por criar uma comunidade que molda os indivíduos que nela fazem parte, aumentando essa diferenciação. Com isso, a ideia de uma estrutura social surge como uma nova perspectiva nos estudos diplomáticos.

No momento em que se defende a ideia de diplomacia como uma estrutura social, adotamos o argumento de que ela também está fadada a reproduzir desigualdades que se encontram na sociedade. Em outras palavras, o patriarcalismo, a opressão de gênero e a vinculação do feminino ao privado e do masculino ao público também configuram elementos da prática diplomática. Tais práticas dificultaram, ao longo de algumas décadas, o ingresso das mulheres na carreira diplomática e ainda dificultam o processo das diplomatas no percurso de sua carreira (MEDEIROS, 2017).

A sociedade tem um grande vínculo com a perpetuação da desigualdade de gênero na carreira diplomática brasileira. Não há causa única de injustiças e discriminações de gênero. É difícil determinar se é este ou tal fator os responsáveis pela desigualdade, pois o discurso quando reproduzido por toda uma sociedade, não mostra apenas o homem aceitando seus privilégios e tomando um lugar de poder, mas também mostra a mulher aceitando um lugar de submissão em relação ao homem. Dessa maneira, a visão que se tem é a de que não há necessidade de libertação da condição que se sobrepõe ao sexo feminino (MENDES, 2011).

Percebe-se uma imagem negativa da participação feminina na política baseada em um contexto histórico que se perpetua desde os ideais contratualistas do século XVI até agora, gerando consequências como opressão e dominação masculina sobre a vida das mulheres. Por isso, entende-se como importante o estudo da mulher na carreira diplomática no Brasil, já que elas encaram essa realidade, fruto do patriarcado. Assim, o objetivo deste estudo é analisar as desigualdades de gênero na carreira diplomática. A hipótese deste trabalho determina que a dificuldade de acesso da mulher à diplomacia ocorre em virtude da existência da discriminação de gênero na sociedade brasileira, que deriva de uma cultura patriarcal presente desde os tempos do Brasil colônia, e que está,

consequentemente, presente na estrutura burocrática do Itamaraty, impedindo, muitas vezes, a progressão funcional.

Esta monografia irá se basear no pensamento teórico de feministas internacionalistas como Ann Tickner (1992) e Cynthia Enloe (1990), adotando uma metodologia predominantemente qualitativa e de caráter exploratório. O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro apresenta o debate feminista nas Relações Internacionais; o segundo capítulo analisa a presença da mulher no Itamaraty, comparando a presença feminina na diplomacia brasileira com a diplomacia de outros Estados. Por fim, o terceiro capítulo apresenta uma entrevista realizada com mulheres diplomatas brasileiras usando como base o questionário aplicado por Viviane Balbino (2011) com o objetivo de analisar as mudanças que ocorreram entre os dez anos de sua pesquisa e o presente trabalho.

1. O DEBATE FEMINISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais, como disciplina, constituíram-se no período após a Primeira Guerra Mundial. A finalidade do estudo era, essencialmente, refletir sobre a questão da guerra e como evitar suas terríveis consequências. Com esta perspectiva, Edward Hallett Carr (1939) escreveu o livro “Vinte Anos de Crise”, criticando o idealismo dos primeiros acadêmicos de Relações Internacionais (RI), pois, enquanto estes pensavam em como o mundo “deveria ser”, o correto seria compreender como o mundo “realmente” é.

A partir dessa visão que se iniciou o “primeiro grande debate” das RI como um confronto entre os idealistas e os realistas. Este debate acabou quando, no início da Segunda Guerra Mundial, a lógica da sobrevivência se sobrepôs internacionalmente. Essa vitória também se mostrou com a publicação do livro “A Política Entre as Nações”, de Hans Morgenthau, em 1948. A revolução behaviorista nas ciências sociais, fez com que o segundo grande debate das RI iniciasse com o desejo de tornar o campo mais científico. O realismo científico criticava o tradicional, ao debater como estudar o campo e não o que estudar. Se defendia a importação de métodos empíricos de outras áreas, mais precisamente, das ciências exatas. Por conta da bipolaridade da Guerra Fria, do processo de descolonização e com o surgimento de atores não-estatais como organizações internacionais governamentais e não-governamentais e empresas transnacionais, começou a criticar-se as ideias básicas do realismo e a teoria liberalista ganhou ênfase na academia ao procurar a cooperação e interdependências como ponto-chave do relacionamento interestatal (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Nas teorias tradicionais das Relações Internacionais, a sobrevivência do Estado e a proteção de sua soberania permaneciam como foco do pensamento acadêmico realista, enquanto o liberalismo acrescentava a ideia da economia como criadora de uma interdependência entre os Estados. Conforme Rebelo (2012), pode-se dizer que essas teorias não problematizavam o que acontecia dentro das fronteiras estatais. Mesmo com a ampliação da visão teórica das relações internacionais, ao reconhecerem atores não-estatais, os Estados ainda eram vistos como os principais atores e as relações domésticas não eram determinantes para a política externa.

Com o fim da Guerra Fria, passou-se a duvidar das respostas que a academia estava dando para explicar o fim da bipolaridade. A lógica utilizada desde a Primeira Guerra Mundial se tornou insuficiente para explicar o colapso da União Soviética. Este

processo gerou muita insatisfação no meio acadêmico, o que foi favorável para o aparecimento de novas teorias como o construtivismo, a teoria crítica, a pós-colonialista e a feminista. O período foi marcado pela ascensão do pós-positivismo nas Relações Internacionais, que questiona as teorias tradicionais, pois entende a ideia de “caixa-preta” como uma visão limitada da realidade (REBELO, 2012).

Durante os anos 1980 e 1990, as transformações políticas mundiais impuseram a necessidade de mudar a visão sobre o que é e como deve ser produzido o conhecimento, superando as limitações das teorias tradicionais. Assim, neste momento de crise no pensamento das RI, manifesta-se o pós-modernismo que se caracteriza por reavaliar a base racional-positivista, tendo como um de seus objetivos a pluralização do campo de Relações Internacionais (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Com essa abertura da agenda de pesquisa, o feminismo passou a fazer parte da agenda de pesquisa internacional. Quando se investiga e pesquisa mulheres no meio internacional, é necessário haver uma reinterpretação do significado das relações internacionais. Abre-se espaço para histórias pessoais e narrativas com o objetivo de superar o silêncio e negligência com as mulheres no âmbito político e público. Com a teoria feminista, os “pesquisadores de gênero fazem perguntas diferentes sobre o mundo, criando perspectivas que ajudam a ampliar o escopo da disciplina, conectando-a com outras ciências sociais e aproximando-a das experiências humanas” (MEDEIROS, 2017, p. 16).

1.1 APRESENTAÇÃO DO DEBATE FEMINISTA:

O que é feminismo? Achar uma definição para esse termo é complicado, pois, como um movimento social e político, além de uma área de conhecimento acadêmico, este está a par de diversas interpretações. Mas, de forma geral, podemos dizer que o feminismo tenta re-interpretar e/ou traduzir todo um processo de criação e estabelecimento de um conhecimento e de uma sociedade com raízes em um passado moldado pelo patriarcado que constrói o atual cotidiano, para assim modificá-lo. O feminismo se torna mais evidente quando outros movimentos de liberação, como o movimento negro, o LGBTQIA+, de minorias étnicas começam a surgir. Apesar de cada um dos movimentos ter suas peculiaridades e especificidades, todos buscam a mesma

coisa: a superação das desigualdades sociais e sobrepujar diferentes formas de opressão (ALVES & PITANGUY, 1985).

O movimento feminista “agrega manifestações individuais e coletivas, ações políticas e abordagens teóricas interessadas em incidir sobre o problema da opressão das mulheres e eliminá-la. Sua sobrevivência fomenta a luta contra a reprodução da cultura patriarcal em todo o mundo” (SANTIN, 2019, p. 21). A partir das ideias de Santin (2019), o feminismo contesta a subordinação das mulheres com o objetivo de mudar essa realidade investigando a organização social tendo como objeto de estudo o gênero. O movimento vem se perpetuando ao longo da história, ao passo que, conforme realidades e necessidades aparecem e se transformam, o feminismo também se transforma. Dessa maneira, diferentes vertentes e correntes feministas são criadas. Por isso, algumas autoras preferem utilizar o termo “feminismos” ao invés de “feminismo”, já que há mais de um.

De modo a facilitar a compreensão e a organização do raciocínio ao estudar os feminismos, usa-se a separação do movimento em três ondas (para alguns autores, quatro ondas). Nelas, as diferentes vertentes se mostram mais ou menos presentes, dependendo do período histórico estudado. Em relação à primeira onda, podemos constatar que seu início foi por volta do século XIX. Este período histórico foi marcado pela ascensão de princípios liberais como a liberdade das pessoas em relação ao Estado, logo, reivindicava-se uma maior participação dos cidadãos na esfera política (ALVES & PITANGUY, 1985).

Assim, a vertente feminista que caracteriza a primeira onda é o feminismo liberal. Ele segue a premissa ideológica do liberalismo, ao passo que critica a ideia que o liberalismo traz de que todos os indivíduos foram criados para ser iguais, com direitos iguais. A crítica das feministas está presente no fato de que aqueles citados como merecedores de igualdade são os homens brancos. Ou seja, as mulheres são excluídas dessa igualdade, não sendo consideradas cidadãs ou pertencentes à esfera pública. Dessa forma, por parte destas mulheres, houve a reivindicação de vários direitos que já haviam sido conquistados pelos homens, como o direito ao voto, direito à propriedade, à participação na vida política e pública. Elas questionavam a imposição às mulheres de que fossem submissas e passivas, devendo apenas ser “o anjo do lar” (FRANCHINI, 2017).

Mary Wollstonecraft, escritora inglesa, em “A Vindication of Women’s Rights” (1792), reivindica direitos, como o de iguais oportunidades de conhecimento, defendendo que o não acesso à educação é o que colocava a mulher em um lugar inferior ao homem.

Ela expressa que as mulheres devem estudar filosofia, lógica e matemática, de modo a se tornarem economicamente independentes e capazes de participarem da política. Dessa forma, ela afirma que deveria haver representatividade feminina no parlamento inglês (SANTIN, 2019).

Wollstonecraft, ao reconhecer a ignorância das mulheres sobre a política e ao expressar suas reivindicações, afirma que a situação de degradação da mulher não é natural, mas sim, resultado das ações vindas do egoísmo masculino, o que leva as mulheres, conforme a autora, a serem tratadas como animais. Por isso, é importante que esse tratamento pare de existir, ou seja, as mulheres não devem ser tratadas como animais. Dessa maneira, a resistência, vinda do homem, contra a inclusão feminina como atuantes na sociedade, não será mais válida (NYE, 1988).

Conforme Santin (2019), entre as pautas defendidas pelo feminismo liberal está o sufrágio. Esta foi uma luta que se perpetuou por um longo tempo, durante sete décadas nos Estados Unidos (EUA) e na Inglaterra. No caso brasileiro, levou uma média de quarenta anos. Vale ressaltar que nos Estados Unidos o movimento sufragista filiou-se à luta pela abolição da escravidão. Neste período, nos EUA, destaca-se o papel de Sojourner Truth, uma escrava liberta e a única mulher negra que participou da Primeira Convenção Nacional de Direitos da Mulher em 1850. No ano de 1851, ela se manifesta, questionando o fato de haver uma dupla opressão, de raça e de gênero, pronunciando à sua famosa frase “ain’t I a woman?” (não sou uma mulher?). Ou seja, conforme veremos, o interseccionalismo não foi uma novidade da terceira onda, ele já estava presente, mas silenciado, desde a primeira onda:

Os homens, ali, dizem que as mulheres precisam ser ajudadas nos coches, e erguidas sobre as valas, e ocupar os melhores lugares em toda parte. Ninguém jamais me ajudou em coches ou por sobre poças, ou deu-me o melhor lugar – e não sou eu uma mulher? Olhe o meu braço! Tenho lavrado, e plantado, e armazenado em celeiros, e homem nenhum pode me orientar – e não sou eu uma mulher? Eu pude trabalhar tanto quanto um homem, e comer tanto quanto um homem – quando consegui – e suportei o chicote também! E não sou eu uma mulher?; “Eu dei à luz treze filhos, e vi a maioria ser vendida como escravos, e quando chorei em luto por minha mãe, ninguém além de Jesus ouviu-me – e não sou eu uma mulher? (SANTIN, 2019, p. 33).

É importante compreender que, ao passo que os objetivos das feministas da época eram atingidos, houve uma desmobilização dessas mulheres quanto às lutas. Contudo, engana-se quando pensa que o questionamento à discriminação da mulher na sociedade acabou. Ele prossegue à medida que há a incorporação de outros aspectos da condição

social feminina em novas pautas que vão sendo criadas com o processo de mudança e evolução histórica (ALVES & PITANGUY, 1985).

À vista disso, entende-se que o feminismo liberal trata dos direitos da mulher, lutando pela sua inclusão no sistema capitalista. Para o feminismo liberal não há necessidade do fim do capitalismo. Não se enxerga este sistema como um precursor do patriarcado ou da opressão, mas sim que a opressão está na negligência para com a mulher que é excluída deste sistema. O objetivo é entrar e participar das decisões políticas e fazer parte da vida pública em uma sociedade capitalista.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a maior parte das reivindicações feministas da primeira onda haviam se concretizado. Por conta da participação masculina na guerra, as mulheres passaram a ser o ponto de referência de sustentação do lar, enquanto seus maridos lutavam na guerra. Foi assim que a participação da mulher na vida pública e no campo de trabalho aumentou. Além disso, o movimento das sufragistas fez com que a mulher conseguisse o direito à educação, à propriedade, ao divórcio, entre outros (BEDIA, 2014).

Desde meados dos anos de 1950 até meados dos anos de 1990, a segunda onda feminista se desenvolveu. Nesse período, começou um grande número de estudos sobre a condição da mulher na sociedade, sendo base para a criação de uma teoria a partir da ideia de uma raiz da opressão feminina. Por isso, podemos dizer que o feminismo desta onda muito se resume na vertente do feminismo radical que se iniciou nas décadas de 1960 e 1970. Assim, a pauta dessa perspectiva se caracterizou, principalmente, pela luta por direitos reprodutivos e discussões sobre a sexualidade da mulher. Foi neste período também, que o feminismo negro cresceu como vertente independente e buscou referências em sua ancestralidade para o fortalecimento da identidade das mulheres negras. Foram figuras, principalmente, do feminismo negro e do LGBTQIA+, que deram origem à terceira onda (FRANCHINI, 2017).

Em 1949, foi publicado o livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. Esta obra marcou o início da segunda onda. Nela houve a denúncia das raízes culturais da desigualdade entre o sexo feminino e masculino, sendo que suas contribuições foram muitas para o desenvolvimento teórico e prático das décadas seguintes (SANTIN, 2019).

Foi neste período de aprofundamento da pauta feminista que as questões de “sexo” e “gênero” passaram a serem entendidas como termos de diferentes significados. Quando Simone de Beauvoir declara que “não se nasce mulher: torna-se mulher” reafirma a ideia de que o gênero é uma identidade adquirida gradualmente. E através da distinção entre

sexo e gênero, percebe-se que “ser do sexo feminino” e “ser mulher” são dois “seres” diferentes por isso se torna mulher e não se nasce uma. A ideia de gênero deve ser entendida como uma modalidade de desenvolvimento ou de compreender opções. Um processo de interpretação do corpo, dando-o uma característica cultural. Ou seja, ao invés de, simplesmente, nascer mulher, há uma projeção, interpretação, reinterpretção cultural para se tornar mulher (BUTLER, 1986).

Simone de Beauvoir faz uma análise profunda sobre o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionantes que, ao invés de integrá-las ao seu sexo, alienam-nas. São treinadas para serem apenas uma parte descartável do homem, pois na cultura patriarcal é o homem que se afirma através de seu sexo. Essa auto-afirmação que o transforma em sujeito acontece por conta de sua oposição ao sexo feminino que é objetificado. É a partir dos postulados teóricos de Beauvoir que Betty Friedan, ativista feminista estadunidense, faz uma pesquisa ao recolher depoimentos de mulheres de classe média que correspondem à idealização de “rainhas do lar”, publicando então o trabalho “A Mística Feminina”, de 1963 (ALVES & PITANGUY, 1985).

Em sua obra, Friedan tenta compreender as causas do aumento de um “mal-estar” que começa a se mostrar entre as mulheres, discordando assim, da psicologia e da psiquiatria que consideram que essa patologia é da natureza feminina. Denominando tal distúrbio como “o problema sem nome”, a autora declara que as mulheres foram forçadas a aceitar uma identidade, de esposa e mãe, imposta a elas sem possuírem a oportunidade de contestá-las. Essa imposição de identidade que ela identifica como a causa do mal-estar das mulheres. (BEDIA, 2014).

Caso eu esteja certa, o problema sem nome, que ferve hoje no íntimo de tantas mulheres, não é uma questão de perda de feminilidade, excesso de cultura, ou exigências domésticas. É muito mais importante do que parece à primeira vista. É a solução daqueles novos e velhos problemas que vêm há anos torturando esposas, maridos e filhos, intrigando médicos e educadores. Pode muito bem ser a chave de nosso futuro como nação e como cultura. Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: «Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa» (FRIEDAN. 1963, p. 31).

Portanto, identifica-se que o problema da mulher é político e se perpetua na premissa da insistência em manter as mulheres em posição de esposa e mãe e sem fazer parte da esfera pública. Essa obra é como uma “bíblia” para a nova onda feminista ao revelar a insatisfação feminina em se prender apenas ao ambiente doméstico, de maneira a incendiar o cenário social fazendo surgir novos movimentos feministas pela busca da igualdade (SANTIN, 2019).

É a partir das ideias de Friedan e Beauvoir que a base do feminismo radical se moldou. Com isso, alegações contra “o patriarcado é a constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos; que o sexismo data dos inícios da história; que a sociedade é um repertório de manobras nas quais os sujeitos masculinos firmam o poder sobre objetos femininos. [...] A aquiescência das mulheres é uma indisposição de má fé de enfrentar sua própria falta de poder” (NYE, 1988). Estas mulheres foram as primeiras a apontarem que mesmo havendo diferenças entre todas as mulheres, algo as unia: a opressão baseada no sexo. É com essa visão que as primeiras críticas à pornografia surgem junto à continuidade com as críticas feitas a prostituição iniciadas com o movimento feminista marxista na primeira onda, além de criticarem o uso do estupro e da violência sexual como ferramenta de manutenção do poder masculino (FRANCHINI, 2017).

O movimento trouxe uma nova forma de lutar, são os grupos de reflexão e de “auto-consciência”. Essa tática surgiu pela necessidade de romper o isolacionismo da mulher nas sociedades ocidentais. Dessa maneira, foi-se construído um espaço que permitia a expressão da voz feminina. Um espaço para elas se conhecerem e descobrirem sua identidade sem a interferência masculina. A partir disso, houve a transformação do individual em coletivo, ou seja, o que era individual e isolado se mostrou como uma experiência coletiva. A discriminação do sexo passou a ser vista, mesmo com as diferenças de raça, gênero, cultura ou até geração, como uma constante que perpassa essas alteridades, afetando todas as mulheres. (ALVES & PITANGUY, 1985).

A queda do muro de Berlim, o fim de ditaduras militares na América Latina, a adoção de políticas neoliberais, as revoluções tecnológicas e da comunicação, foram momentos que marcaram o mundo ocidental na década de 1990, ou seja, foi um período de mudanças e questionamentos a ideais até então pensados. Com as rupturas epistemológicas, parte da academia passou a ser contra a ideia de haver uma uniformidade social, questionando a não aceitação de diferenças. Logo, discussões sobre ideais firmados nas ondas anteriores estimulam o nascimento de movimentos femininos punks. Destaca-se as “Riot Grrrl” que, ao negarem o corporativismo, incorporaram temas como o estupro, a sexualidade, o patriarcado e o empoderamento feminino (SANTIN, 2019).

O feminismo punk muito se assemelha às pautas defendidas na segunda onda. Porém, delas em diante, as premissas da terceira onda começaram a se afastar cada vez mais da segunda onda. Kimberlé Creenshaw, em 1989, introduziu o conceito de “interseccionalidade” como ferramenta para analisar a condição de mulheres que são

atingidas por mais de uma opressão, como classe, raça, nacionalidade e sexualidade. A autora criou a ideia inicial para criticar a universalização do conceito de mulher e reconhecer as diferentes identidades e experiências femininas. O principal denominador comum da terceira onda era a “destruição de pensamentos categóricos e a crítica às prévias narrativas de liberação e de vitimização, características da segunda e da primeira onda” (FRANCHINI, 2017).

Angela Davis em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, de 1981, expressa como a realidade da mulher negra se difere da mulher branca. Pois, até então todos os atos feministas de mudanças da sociedade e inserção da mulher no mercado de trabalho veio da percepção branca da realidade. Feministas como Friedan, por exemplo, em sua obra, ignora que muito da participação da mulher branca no mercado de trabalho se deu por conta do trabalho precário que mulheres negras tiveram que se submeter, como serviçais em sua grande maioria, vistas assim, como menos do que seres humanos. Além disso, Davis compreende à hipocrisia vinda de muitas das feministas brancas que acabam reproduzindo a mesma opressão pela qual elas lutam contra (DAVIS, 1981).

As mulheres brancas – incluindo as feministas – demonstraram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas raramente se envolveram no trabalho de Sísifo que consistia em melhorar as condições do serviço doméstico. Nos programas das feministas “de classe média” do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada – ao menos por parte das mulheres mais abastadas – para a exploração de suas próprias empregadas (DAVIS, 1981, pg. 103)

Esses sistemas de negligência às discriminações e a aceitação da universalização da mulher estruturam as experiências da difícil luta das mulheres de cor¹, de modo que deve-se intervir essas estratégias para poder haver uma resposta interseccional. A visão de mulheres que não compartilham a mesma raça e/ou classe é limitada para àquelas que suas vidas são moldadas por diferentes obstáculos (CREENSHAW, 1991).

Judith Butler é outra autora pioneira da teoria “queer”. Ela também critica o discurso universal das antigas ondas, questionando o modelo binário do gênero, assim, desnaturalizando-o. Na sua obra “Problemas de Gênero” (1990), ela rompe o paradigma que divide o natural do social, o sexo do gênero. Há inclusão de outras categorias de gênero em sua teoria, como a de transgênero, criticando o discurso de que as mulheres

¹ A expressão “de cor” passou a ser usada para substituir o termo “não-branco” (do inglês *nonwhite*), já que este é considerado pejorativo, porque trata o branco (europeu) como a raça correta, excluindo grupos como os africanos, latinos, indígenas e asiáticos. “De cor” substitui essa ideia negativa ao incluir essa diversidade de grupos étnicos-raciais. Ela pode ser usada ao tratar de um grupo coletivo, por exemplo mulheres de cor (WoC), homens de cor, comunidades de cor ou pessoas de cor (THE AMERICAN HERITAGE, 2005).

trans não são mulheres, retomando críticas já feitas por Simone de Beauvoir resumidas na frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para Butler, o gênero é performático. Seguindo essa linha de pensamento, percebe-se que as feministas da terceira onda ao seguirem uma linha pós-estruturalista não reconhecem a coletividade do movimento. Elas rejeitam pensamentos categóricos, padronizações, objetivos em comum e significados fixos (SANTIN, 2019).

O multiculturalismo é uma lógica teórica, política e normativa que se mostra mais presente a partir da década de 1990. Este foi um marco muito importante para as comunidades culturais inferiorizadas e para movimentos sociais, ao dar voz para minorias excluídas, como o movimento feminista afro-latino-americano e o decolonial². Foi um forte aliado a acrescentar na agenda política latina questões como o colonialismo e os efeitos que este causou sobre as mulheres de seus países e também sobre as mulheres dos países que uma vez foram metrópoles. As ideias multiculturalistas e a diversidade cultural compreende que apenas com o ampliamiento da liberdade e da igualdade dos indivíduos, as mulheres serão aceitas na sociedade. Conforme Bedia (2014), o ponto de partida para isso são os direitos humanos e a ética deve ser suficientemente universal para que este processo não seja confundido com uma produção etnocêntrica.

O feminismo da terceira onda³ trabalha com a ideia de “políticas transversais”, ou “transversalismo”, indo contra ideias como o particularismo e o universalismo visíveis nas duas primeiras ondas. O objetivo da terceira onda nada mais é que uma tentativa de estabelecer diálogo entre todas as possíveis condições enfrentadas pelas diferentes mulheres presentes no mundo, considerando, além do gênero, da raça, da classe e da sexualidade, também as condições de nacionalidade, idade, religião, entre outros pontos. Deve haver sensibilidade suficiente para que o exercício de uma se colocar no lugar da outra aconteça. Isto posto, o entendimento das demandas e necessidades e dos pontos de

² O feminismo decolonial surge a partir do texto “Colonialidade e Gênero” da filósofa argentina María Lugones. A autora parte do trabalho de Anibal Quijano, sociólogo peruano, ao desenvolver seu raciocínio com a questão de gênero. Em sua obra, entende-se que categorias como “mulher”, criadas pelas ciências sociais e biológicas, passam de forma despercebida, carregando os valores da categoria hegemônica, o “homem”. Por isso, pode-se pensar em feminismo decolonial como “um tipo de produção de conhecimento contra-hegemônico produzido por “mulheres outras” que a ciência moderna e as narrativas oficiais invisibilizam sistematicamente” (MARTINS, 2020).

³ Vale ressaltar que há um debate sobre se estamos vivendo ou não uma quarta onda do feminismo. Parte da academia acredita que essa onda existe e é marcada pelo uso das redes sociais como meio de propagação das ideias feministas. Apontam-se pautas como a cultura do estupro, a recusa do silenciamento, a representação da mulher, entre outras. Podemos afirmar que as palavras “liberdade” e “igualdade” são conceitos essenciais para a quarta onda (FRANCHINI, 2017).

vistas das diferentes realidades se facilita, para assim ser possível traçar uma linha mais segura de estratégias e política mais igualitárias (FRANCHINI, 2017).

Resumindo, há diversas formas de se pensar o feminismo. Mas, em todas elas, mesmo com diferentes pautas, existe a luta contra a cultura sexista, o que faz as feministas “tomarem emprestado” qualquer brecha que essa cultura conceda para a teoria. Isso é um tipo de incessante adaptação, o que justifica a existência de diferentes vertentes. “Essa adaptação, essa contínua superação de uma instância teórica que restringe a prática feminista, que deixa demasiado do que resta estranho à experiência feminina intacta e intocável pelo pensamento e ação das mulheres, é a história da teoria feminista” (NYE, 1995, p. 16).

1.2 FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

As abordagens teóricas que tem como objeto de estudo o gênero, buscam nas instituições internacionais e nas regras deste sistema, explicações do porquê da assimetria no relacionamento entre mulheres e homens e na construção de identidade desses gêneros. Dentre as abordagens feministas, algo que todas possuem em comum é que seu propósito não é apenas superar a opressão das mulheres, mas construir uma ordem internacional justa, onde não há hierarquia de gênero, raça, classe ou religião. Logo, os seus métodos de pesquisa podem variar e o uso do gênero como objeto de estudo é o que cria a ligação entre elas (MONTE, 2013).

Os trabalhos embasados por teorias feministas das Relações Internacionais têm se proliferado desde o início dos anos 1990, questionando a idealização do vínculo entre masculinidade, Estados e guerra. Essas teorias introduziram o gênero como uma ferramenta empírica e de análise importante para compreender as relações de poder no mundo, bem como uma posição normativa que visa construir uma ordem mundial alternativa. Juntamente ao pós-modernismo/estruturalismo, ao construtivismo, à teoria crítica e verde, as feministas contestam as teorias realistas e liberais do campo e buscam afastar as Relações Internacionais de uma visão Estado-centrada para uma visão que compreende também atores não-estatais (TRUE, 2005).

Mesmo assim, a disciplina de RI, que é particularmente devotada a estudar a guerra, é relutante com relação à maior abrangência das teorias feministas.

Aparentemente constituída como o estudo das relações anárquicas entre os estados, o campo de RI é uma construção masculina e a prática das RI, além de ser dominada por homens, é anglo e euro-centrada. O campo é dominado pela sua visão dicotômica (guerra e paz, anarquia e ordem, doméstico e internacional, entre outros). E por conta disso que se percebe porque essa área de conhecimento é difícil e quase hostil para ideais feministas que publicamente denunciam as premissas positivistas da disciplina (PETERSON, 1998).

Podemos dizer que o campo começou a ter novos elementos, a partir da obra de Cynthia Enloe: “Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations” (1989). Em sua obra, Enloe expressa a necessidade de abandonar a concepção de que as RI consistem em Estados sem pessoas, sociedades abstratas, ou até mesmo teorias sobre eles e começar a pensar nas várias pessoas, lugares e atividades de todo dia das políticas internacionais. Ela também afirma que é preciso localizar essas pessoas que realmente fazem o mundo girar e citar eles. (SYLVESTER, 2001).

Através de Enloe é possível compreender que “making feminist sense” (“fazer sentido feminista”) é uma importante tarefa, ao passo que compreende que as políticas globais dependem tanto de questões como as dinâmicas do casamento, das relações sexuais, das expectativas masculinas dos homens e as expectativas femininas das mulheres, e das economias políticas no nível doméstico quanto das ressalvas tradicionais do campo. A partir disso, as acadêmicas feministas compreendem que não há como separar a ideia de fazer sentido feminista das políticas mundiais da ideia de fazer sentido dessas políticas na sua totalidade. É com essa premissa que Enloe pergunta onde estão as mulheres e o gênero nas políticas internacionais, revelando uma visão que até então estava despercebida.

Feminist attentiveness to all sorts of women is not derived from hero worship. Some women, of course, will turn out to be insightful, innovative, and even courageous. Upon closer examination, other women will prove to be complicit, intolerant, or self-serving. The motivation to take all women’s lives seriously lies deeper than admiration. Asking “Where are the women?” is motivated by a determination to discover exactly how this world works. One’s feminist-informed digging is fueled by a desire to reveal the ideas, relationships, and policies those (usually unequal) gendered workings rely upon (ENLOE, 1989, p. 06).⁴

⁴ “A atenção feminista para todos os tipos de mulheres não se deriva de uma admiração incondicional. Algumas mulheres, claro, vão se mostrar intuitivas, inovadoras e corajosas. Mas com uma busca melhor detalhada, outras mulheres provarão serem cúmplices, intolerantes ou autosservientes. A motivação para, de fato, considerar a vida de todas as mulheres é mais profunda do que a admiração. Perguntar “onde estão as mulheres?” é motivado pela determinação de, realmente, descobrir como o mundo funciona. O trabalho de uma feminista-informada é alimentado pelo desejo de revelar ideias, relacionamentos e políticas nas quais os trabalhos de gênero (normalmente desiguais) dependem” (ENLOE, 1989, tradução nossa).

A obra de Enloe (1989) foi responsável por dar à teoria feminista nas RI uma visibilidade necessária ao oferecer um significado mais concreto de o que o feminismo pode significar para o estudo da política internacional. Por outro lado, essa visão também critica as teorias tradicionais, o que causa uma certa aversão por parte dos acadêmicos de RI considerados convencionais. Por isso, são necessárias intervenções corretivas e analíticas específicas para as Relações Internacionais, com o objetivo de integrar mais a visão feminista das RI contrapondo as temáticas tradicionais (PETERSON, 1998).

J. Ann Tickner é outra autora que, em parte, conseguiu responder a essas necessidades que foram provocadas a partir de Enloe. O trabalho de Tickner em “Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security”, de 1992, ao debater as perspectivas feministas nas RI se baseia no reconhecimento do significado da opressão de gênero. Quando ela trata do campo de RI, ela o chama de “malestream”, pois afirma que ele foi conceptualizado ao compreender que não é uma personalidade individual que determina o homem masculino, mas sim uma masculinidade hegemônica que o define. Ou seja, opõe-se a ideia de feminilidade ao afirmar que ela possui menos valor e à masculinidade possuiria então mais valor. Dessa forma, a mulher não é vista forte o suficiente e o conhecimento que vem através da experiência feminina continua nas margens da análise da disciplina. (NARAIN, 2014).

Essa difícil relação entre o feminismo e as RI convencionais, na visão de Tickner (1992), ocorre por conta da diferença de enfoques: enquanto um é ontológico, o outro é epistemológico⁵, além de ter diferenças em relação à ideia de poder. Isso é evidente quando se percebe que a visão convencional representa as relações internacionais em termos unitários e abstratos, enquanto a visão feminista se foca na percepção das relações sociais do meio internacional. As feministas veem os aspectos da sociabilidade como a realidade das relações internacionais enquanto os neorealistas enxergam muito pouco o aspecto social no seu sistema de Estados anárquicos (SYLVESTER, 2001).

A pesquisa de Ann Tickner (1992) contribuiu muito para criar um espaço para o gênero como uma variável na análise acadêmica das RI ao desafiar o paradigma predominantemente masculino do campo, assim como repreendeu as perspectivas “top-down” (de cima para baixo) e estado-centrada do realismo sobre segurança. A teoria

⁵ Essa complicada relação entre a visão ontológica e epistemológica existe por conta do terceiro debate das Relações Internacionais. Em que a visão ontológica, que parte da ideia de “o que estudar” no campo (teorias positivistas) entra em confronto com a visão epistemológica que julga os limites do conhecimento sobre os fenômenos a serem estudados pelo campo (teorias pós-positivistas).

feminista vem de uma perspectiva “bottom-up” (de baixo para cima), questionando, por exemplo, a ideia de que a guerra é lutada para a proteção de mulheres e crianças. Mais que isso, o feminismo questiona que a guerra induz à violência, ao estupro em massa, às crises migratórias e à prostituição descontrolada, sendo que seus efeitos sobre as mulheres são brutais. Ela também trata de assuntos, até então, ignorados pela interpretação convencional das RI, como a democratização, organizações internacionais e de mulheres. Tickner (1992), assim, traz em sua narrativa uma visão pautada no ideal dos direitos humanos, complementando o repertório metodológico das Relações Internacionais com novas ferramentas de análise.

Christine Sylvester, outra escritora feminista das Relações Internacionais, com sua obra “Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era”, de 1994, usa o feminismo pós-moderno com foco nas políticas de identidade e coloca em evidência a realidade excludente que a disciplina de Relações Internacionais desenvolveu ao longo da história. Sua proposta é criar um método de cooperação através do feminismo que permitiria conversas e negociações acerca de conhecimento. Ela também chama a atenção a outros panoramas feministas, como o feminismo empírico⁶, o standpoint⁷ e os socialistas⁸, ao construir sua crítica às teorias de relações internacionais (THOMPSON, 1995).

Em seu trabalho, Sylvester (1994) argumenta que o campo de RI é gênero-centrado. Ela expressa que o campo foi criado por homens e é um domínio exclusivo dos homens. Também questiona que o próprio campo não enxerga esse fator ao se autodeterminar “sem gênero” e quem são os mais prejudicados, conforme a autora, são as mulheres. Essa exclusão acaba se naturalizando fazendo com que analistas das teorias de RI não considerem o conhecimento feminista. Dessa forma, adotando uma visão feminista pós-moderna e de standpoint, critica os três debates teóricos do campo:

⁶ Considerada a primeira corrente feminista, influenciada pelas ciências biológicas e sociais, afirma que o patriarcado está situado no centro da construção científica (ARAÚJO, 2018).

⁷ O feminismo standpoint questiona a necessidade de se pensar nas perspectivas femininas e masculinas e assim compreender o processo do sistema patriarcal que não é só uma condição biológica imposta, mas uma construção social sobre o que é feminino e o que é masculino (VENTURA & KRITSCH, 2019).

⁸ O feminismo socialista se baseia nos ideais de Karl Marx. Contudo, ele critica alguns pontos da análise de Marx ao afirmar que a opressão da mulher não é por conta da divisão de classes e que o sistema capitalista apenas pode ser derrubado se a opressão feminina deixar de existir antes disso. Enquanto o socialismo de Marx prega apenas a liberdade no âmbito público, principalmente, no âmbito econômico, o feminismo socialista compreende a dimensão psicológica e pessoal da liberdade, algo que o marxismo muitas vezes não percebe (NAPIKOSKI, 2020).

idealismo contra realismo (1); tradicionalista contra neorealista (2) e; modernismo contra o pós-modernismo (3).

The debates of IR, therefore, are narrow and encrusting of a politics in which "men" control knowledge and "women" are either out of place altogether or are issued visitors' passes that enable us to leave assigned homelands for temporary support roles in IR [...]. "Women" can routinely enter IR as secretaries in the neoliberal institutions of interstate cooperation; but they too must return "home" each evening while the work of international relations continues at diplomatic receptions and dinners [...] "Women" are always of another place. Our absence is required, must be invented, to enable the encoding of international relations as masculine territory (SYLVESTER. 1994, p. 211).⁹

Por fim, na conclusão da obra, a autora afirma ser necessário haver uma mudança significativa tanto no campo, quanto na prática das relações internacionais. Com o constante esforço de enfatizar a importância das relações de cooperação nas RI ao invés de tentar lutar contra uma verdade universal inflexível, Sylvester acredita que as relações internacionais podem se tornar o “lar” de uma variedade de pessoas com diferentes identidades, as quais, muitas as chamam de “mulheres” (THOMPSON, 1995).

As Relações Internacionais, como disciplina, está em uma posição em que as visões tradicionais do campo possuem muitas falhas, principalmente relacionadas a mudanças sociais e políticas, e essas falhas, se não levadas a sério, podem levar a uma ignorância empírica. A teoria feminista, ao repensar a base da disciplina, oferece uma saída dessa posição estagnada. Se os acadêmicos da área quiserem uma visão nova e jovem, devem prestar atenção nos processos domésticos sociais e em assuntos não-elitistas. As perspectivas feministas ajudam no reconhecimento das mudanças de poder dentro dos Estados, observando e interpretando-os conforme eles surgem global e/ou localmente, o que é uma das principais funções dos estudos das Relações Internacionais (TRUE, 2005).

Eloísa Rosalen em seu livro “Gênero e Desigualdades: os Limites da Democracia no Brasil” (2018), consegue enfatizar as desigualdades e limitações de gênero presentes na democracia brasileira a partir de uma análise local/global baseada em teorias feministas. A autora fala sobre o feminismo e a atuação política fazendo uma breve

⁹ “Os debates de RI são políticas limitadas e incrustadas, em que os “homens” possuem o controle do conhecimento e as “mulheres”, ou estão em uma posição deslocada, ou em uma posição de visitante em que permite nossa saída para estar em funções temporárias nas RI [...]. As “mulheres” podem fazer parte das RI, rotineiramente, como secretárias nas instituições neoliberais de cooperação interestatal; mas elas devem voltar para o seu “lar” toda noite enquanto o trabalho das relações internacionais continua em recepções e jantares diplomáticos [...]. As “mulheres” sempre pertencem a outro lugar. Nossa ausência é requisitada, precisa ser inventada, para permitir a codificação das relações internacionais como território masculino” (SYLVESTER. 1994, p. 211, tradução nossa).

revisão histórica da luta feminina no Brasil que se inicia pela conquista do direito ao voto¹⁰, em meados do século XX e prossegue para a participação de mulheres nos movimentos de resistência, no período da ditadura. Entre 1970 e 1980, houve a emergência do movimento feminista, principalmente através da luta por maiores direitos no Estado através do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM)¹¹. A autora ressalta que a falta de representatividade de gênero, não propriamente na ausência da participação política, mas na desigualdade de acesso das mulheres aos meios de definição do que realmente é de relevância política. Por isso, a atuação feminista, no Estado, deve ser pensada, considerando o contexto de restrições e limitações das mulheres (ROSALEN, 2018).

¹⁰ Nessa luta, destaca-se Bertha Lutz e sua atuação política em prol do voto e dos direitos das mulheres. Ela participou da Conferência Interamericana de Montevideu, em 1933. Com sucesso, Lutz propôs que os países se comprometessem em nomear delegadas para as conferências interamericanas dos próximos anos. Com seus vínculos políticos com grupos feministas internacionais, em 1931, como parte dos preparativos para a conferência, a fundação “Carnegie Endowment for Peace” enviou ao Itamaraty uma correspondência solicitando informações sobre o governo brasileiro em relação às condições jurídicas das mulheres brasileiras. No mesmo ano, Oswaldo Aranha informou o Itamaraty da nomeação de uma comissão jurista de revisão da legislação brasileira e acrescentou que, provavelmente, iria ser necessário conceder o direito ao voto à mulher (MARQUES, 2013).

¹¹ Destaque para a sua influência na Assembleia Constituinte de 1987 com a nova Constituição de 1988 e na eleição do Partido Trabalhista no governo, em 2003 (ROSALEN, 2018).

2. A MULHER BRASILEIRA NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

Aumentando-se o diálogo entre diferentes grupos feministas, se enxergou um espaço para a disseminação da participação da mulher na política. Marina Mendes (2011) então afirma que mais que as conquistas de direitos formais que as mulheres almejavam, as demandas estão cada vez mais presentes em posições de tomadores de posição, seja na carreira diplomática, quanto intragovernalmente.

A autora ressalta que, mesmo assim, há uma sub-representação evidente do gênero feminino nesses campos de atuação, indicando, então, haver uma razão estrutural que as inibem de conquistar seu espaço, principalmente em uma realidade que, pelo menos atualmente, não há nenhum empecilho legal que contradiz a participação da mulher em carreiras ou campos políticos (MENDES, 2011)

2.1 MULHERES NA POLÍTICA INTERNACIONAL

A pressão do movimento feminista sobre a sociedade patriarcal, ao decorrer da história, tem se mostrado efetiva de diversas formas. O melhor exemplo que podemos citar foi a bem-sucedida luta pelo direito ao voto. Contudo, isso não significa que a mulher está em um lugar de igualdade ou equidade perante ao homem, pois o androcentrismo ainda influencia as estruturas de poder da sociedade.

A Organização das Nações Unidas (ONU), como instituição intergovernamental, já atuou de maneira a influenciar muitos acordos que ajudam na atuação de um de seus órgãos, ONU Mulheres, que têm por objetivo garantir os direitos humanos das mulheres no Brasil e no mundo. Dentre esses acordos podemos citar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), conhecida como Carta Internacional dos Direitos das Mulheres, que foi assinada por 185 países. Também há a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim (1995)¹². No âmbito de segurança internacional, podemos destacar a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança (2000), que compreende que as mulheres

¹² A Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim foram assinadas e aprovadas em 1995 como uma agenda visionária que servirá como base para guiar os Estados a compreenderem a igualdade de gênero e dos direitos humanos das mulheres e meninas (ONU, 1995).

sofrem de forma diferente os impactos da guerra, reforçando, assim, a importante posição que as mulheres devem ter como tomadoras de decisão em relação à prevenção de conflitos. Podemos destacar também a Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assinados por todos os Estados-membros da organização, que definiram um conjunto de metas como igualdade de gênero e o combate à fome, à pobreza, à doença, ao analfabetismo e à degradação ambiental entre os anos de 2000 e 2015.

A 64ª sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres das Nações Unidas, de março de 2020, reconhece à criação de novas políticas feitas pelos Estados, ao passo que também oferece direções pragmáticas a eles, como, o fato de três quartos dos Estados introduzirem e/ou reforçarem a licença à maternidade, à paternidade ou licença familiar ao reconhecer a sobrecarga de responsabilidades que a mulher sofre. Também há o orçamento de perspectivas de gênero (“gender-responsive budgeting”)¹³ está sendo implementado em mais da metade dos Estados-membros. Além disso, houve um aumento em 52% no número de países que possuem um plano de ação nacional sobre mulher, paz e segurança, entre outras mudanças (ONU MULHERES, 2020). Todos estes e dados coletados pela Comissão foram comparados com dados registrados em 2015, o que mostra, por parte dos Estados-membros, um maior engajamento com políticas de igualdade de gênero.

Ainda assim, o progresso dos Estados em relação à igualdade de gênero precisa melhorar. A probabilidade de mulheres na faixa etária de 25 a 34 viverem em situação de extrema pobreza, quando comparadas aos homens, é 25% maior,. Além disso, a participação das mulheres no trabalho forçado não diminuiu, mantendo-se no mesmo patamar desde 1998, na faixa de 31%. A violência contra a mulher no mundo continua extremamente presente: 17,8% das mulheres entre 15 e 49 anos que já estiveram em um relacionamento, foram vítimas de violência física e sexual. Nos países menos desenvolvidos, este percentual aumenta para 24%. Em 2017, 137 mulheres morriam, por dia, vítimas de seu parceiro ou membros familiares (ONU MULHERES, 2020).

A partir dos dados apresentados pela Comissão sobre a Situação das Mulheres, houve a compreensão por parte dos participantes de que “A falha de haver progresso para os grupos de mulheres e meninas mais marginalizadas está diretamente se contrapondo

¹³ “Gender-responsive budgeting” é um orçamento que têm por objetivo assegurar a distribuição de recursos com uma maior equidade de gênero, pelos Estados, contribuindo para oportunidades iguais a todos (STEPHENSON, 2018).

ao comprometimento de não deixar ninguém para trás” (COMISSÃO DA SITUAÇÃO DA MULHER, p. 05).¹⁴ Além disso, os dados revelam que em alguns Estados houve um retrocesso nos direitos das mulheres, principalmente com relação ao direito à saúde reprodutiva e sexual. Por isso, é importante que a Plataforma de Ação de Pequim seja implementada com maior efetividade, o mais rápido possível. Para isso acontecer, requerer-se-à modificações de políticas, mudanças sistemáticas de cooperação multilateral e o comprometimento de alcançar a igualdade de gênero com total respeito aos direitos humanos das mulheres, incluindo a saúde e os direitos reprodutivos e sexuais (ONU MULHERES, 2020).

Os dados relativos à participação política feminina também revelam a desigualdade existente entre mulheres e homens. Conforme Sjoberg & Tickner (2011), em 2010, as mulheres representavam apenas 19% dos parlamentares do mundo¹⁵. Ao comparar a representação feminina em países de democracias liberais ocidentais com Estados islâmicos, que são conhecidos por seu conservadorismo, a diferença é pouca. Por exemplo, após as eleições de 2008, nos EUA, apenas 18% do congresso estadunidense era composto por mulheres e em países como os Emirados Árabes Unidos e o Paquistão, apresentam em seus parlamentos, respectivamente, que 22,5% e 22,2% das cadeiras são ocupadas por mulheres. O grupo de países que lideram em termos de representação das mulheres na política, fez com que os analistas ficassem confusos. O grupo é composto não apenas pela Suécia, Noruega e Dinamarca, mas também por Ruanda e Cuba. Essa dificuldade de interpretação por parte dos analistas, conforme as autoras, ocorre por conta deles associarem os direitos das mulheres com valores como o progresso e o liberalismo ocidental. Na análise feminista de Sjoberg e Tickner (2011) se sugere que, enquanto em alguns casos a exclusão formal das mulheres de cargos políticos ocorre, a falta de mulheres em cargos altos da política seria um resultado de formas disfarçadas de exclusão. Ou seja, pressuposições e normas de gênero são o que definem o padrão de masculinidade que deve ser procurado por aqueles que detêm cargos políticos, independentemente de seu sexo.

Comparando os dados utilizados por Sjoberg e Tickner (2011) com os atuais disponibilizados pela IPU (União Interparlamentar), observam-se algumas mudanças. Enquanto em 2010 as mulheres ocupavam 19% dos cargos parlamentares, em setembro

¹⁴ “the failure to make progress for the most marginalized groups of women and girls is in direct contradiction to the commitment to leaving no one behind”(E/CN.6/2020/3, p. 05, tradução nossa)

¹⁵ Os dados utilizados pelas autoras foram buscados na base de dados da União Interparlamentar (IPU).

de 2021 elas ocupam 25,7%. Ou seja, houve um aumento de 6,7%. Ao analisar os dados atuais, por região, percebe-se que as Américas lideram a classificação com 32,8%, seguida pela região da Europa (incluindo os países nórdicos) com 30,7%. Em último lugar, com 16,3% encontra-se a região do Oriente Médio e norte-africano. Em relação aos países que lideram o ranking de representação de mulheres, verifica-se, respectivamente, nos cinco primeiros lugares: Ruanda, Cuba, Nicarágua, México e Emirados Árabes Unidos. Percebe-se que alguns destes países tiveram um aumento da participação feminina no quadro político quando ocorreram transformações em suas sociedades. Por exemplo, em Cuba, a criação da Federación de Mujeres Cubanas, em 1960, por conta da revolução socialista; no Ruanda¹⁶, após um acontecimento trágico, o genocídio de 800 mil pessoas, que fez com que 70% da população seja, hoje, feminina. Isso não significa que estes países tenham deixado de lutar por direitos. Na Nicarágua¹⁷, o Ministério da Mulher (MINIM) executou no ano 2020 um plano para fortalecer o modelo de reconciliação, cultura de paz, dignidade e não-violência (MINIM, 2020).

Considerando o questionamento levantado pelas autoras sobre a falta de mulheres em altos cargos políticos, podemos confirmá-lo ao comparar os dados de setembro de 2021, disponibilizados pela IPU PARLINE¹⁸, da presença feminina nas câmaras baixa e alta dos parlamentos. Enquanto há 61,3% na câmara baixa, encontram-se 38,5% na câmara alta do Ruanda. Dentre os cinco países citados, apenas o México possui igualdade de presença feminina e masculina, tanto na câmara alta com 49,2%, quanto na câmara baixa, com 50,0%. Tirando Ruanda e México, os três países restantes não possuem dados sobre a representatividade na câmara alta.

Nos 146 países que foram analisados pelo Pew Research Center, em 2017, apenas 38% (56 países) já tiveram mulheres como chefes-de-Estado ou de Governo. Em 31 destes países as mulheres ficaram no poder de um a cinco anos. Em outros dez países, ficaram por um período inferior a um ano. No ano de 2017, havia mulheres no poder em apenas quinze países, sendo que em oito deles era a primeira vez que uma mulher liderava. Mesmo que, se comparando com os números do ano de 2000, em 2017, o número tenha

¹⁶ No Ruanda, existe também cotas eleitorais de gênero, em que um mínimo de 24 mulheres precisam ser, necessariamente, eleitas na câmara de deputados, Já no senado existe um mínimo de 30% de presença feminina entre os eleitos (IPU PARLINE, 2021)

¹⁷ Na Nicarágua há as “voluntary political party quotas” sendo cotas que exigem um número mínimo de mulheres por partido na candidatura para as eleições.

¹⁸ IPU PARLINE é uma base de dados que contém informações sobre a estrutura e os métodos de trabalho de 272 câmaras parlamentares em todos os 193 países em que exista uma legislação nacional.

mais que duplicado, isso ainda implica em uma representatividade feminina em menos de 10% dos 193 países que fazem parte da ONU.

O Brasil, no ranking disponibilizado pela IPU PARLINE¹⁹, encontra-se na 141.^a posição em relação à igualdade de gênero dentro de seu sistema parlamentar. Na Câmara dos Deputados, de 513 cadeiras, apenas 78 (15,2%) são ocupadas por mulheres. Há cotas eleitorais de gênero, que determinam que deve haver um mínimo de 30% de candidatos de cada sexo. Contudo, para ser eleito a um lugar no Congresso Nacional, essa cota não se aplica, o que mostra como resultado a queda de 2.767 candidatas para 78 mulheres eleitas. Além disso, podemos perceber que esse número de candidatas equivale a 32,22%, ou seja, há o esforço de apenas garantir o mínimo e não de aumentar o número de candidatos até encontrar um equilíbrio entre os sexos. Em relação ao Senado, a situação é pior, pois dentre os 81 senadores, apenas 10 são mulheres, ou seja, 12,4%. A cota eleitoral também se aplica à Câmara Alta, contudo, dos 358 candidatos, apenas 17,6% foram mulheres, não conseguindo nem cumprir o mínimo exigido pela cota.

O direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado em 1932 e a primeira mulher a fazer parte do Parlamento foi eleita em 1933. Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, constituiu-se a Bancada Feminina da Câmara de Deputados, que foi/é responsável por muitos dos avanços dos direitos das mulheres, como a Lei Maria da Penha, contra à violência doméstica; a ratificação da CEDAW; a implementação de uma linha telefônica de assistência para vítimas de violência doméstica e; outras ações que ajudaram no desenvolvimento (IPU PARLINE, 2020).

Na carreira diplomática, conforme o Ministério das Relações Exteriores (MRE), através do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR), vem-se coordenando projetos e políticas voltadas à promoção de igualdade de raça e gênero na chancelaria brasileira. Em 2018, foi criada a campanha “#maismulheresdiplomatas” com o objetivo da busca pelo equilíbrio de gênero no Itamaraty. Durante algumas semanas, através das redes sociais, se publicou vídeos e depoimentos de diplomatas mulheres de diferentes origens, raças e formações para tentar incentivar o ingresso de outras mulheres no campo profissional da diplomacia. Todavia, mesmo assim, em 2019, apenas 23% dos diplomatas que integravam o Itamaraty eram mulheres. Ou seja, de 1576 servidores, 366 destes são mulheres, o que mostra que a representatividade feminina, mesmo se tornando visível gradualmente, ainda é comparativamente baixa (MRE, 2019).

¹⁹ Todos os dados disponibilizados pela IPU PARLINE são datados em setembro de 2021.

Nas pesquisas feitas por Karla Gobo (2018), em 2012, de 278 diplomatas aposentados, apenas 12,2% eram mulheres, sendo que no cargo de Embaixador se aposentaram 184 homens e apenas 9 mulheres. No cargo de Ministro de Segunda Classe, 24 homens e 4 mulheres se aposentaram. Percebe-se, desta maneira, que o processo de promoções na carreira diplomática ocorre de maneira desigual. A pesquisa mostra que 75,4% dos diplomatas homens chegaram ao grau mais elevado do sistema de promoção, enquanto apenas 26,5% das mulheres chegaram à classe mais alta da diplomacia. Além disso, a proporção de diplomatas homens ativos é de 77,7% e das diplomatas mulheres é de 22,3%.

No processo de admissão à carreira diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr), as mulheres correspondem a cerca de 40% dos candidatos e apenas 25% dos aprovados. Com análises feitas a partir da projeção de dados sobre o ingresso da mulher na carreira diplomática, de 1954 até 2010, o equilíbrio de gênero na carreira diplomática acontecerá apenas em 2066, lembrando-se que essa tendência considera um incremento na valorização da cultura de igualdade de gênero (COCKLES & STEINER, 2017).

De forma geral, há várias barreiras que dificultam a entrada das mulheres na carreira diplomática e também para sua promoção aos graus altos dessa carreira. Mas isso não se resume apenas ao Brasil. A desigualdade de gênero na carreira diplomática está presente em vários outros Estados. Segundo o Sistema de Acesso à Informação do Governo Brasileiro, no Brasil há 15.091 diplomatas estrangeiros em missão, sendo apenas 3138 mulheres, ou seja, cerca de 20% (MEDEIROS, 2017).

De acordo com Balbino (2011), com dados do ano de 2005, na Argentina, de 960 diplomatas, apenas 21,3% eram do sexo feminino. Nos países vizinhos, Paraguai e Bolívia, a situação era um pouco melhor, 37,4% e 41,6% respectivamente, eram mulheres. Percentualmente, nos Estados Unidos, a situação era melhor que a brasileira, 35,8% do total de diplomatas eram mulheres, enquanto no Brasil, cerca de 20%. Comparando o Brasil com os Estados Unidos, percebe-se que a participação feminina na carreira diplomática estadunidense cresceu em escala muito maior, cronologicamente. Em 1973, as mulheres representavam apenas 6,9% no Estado americano, no Brasil, já no ano de 1982, eram 12,87%. Percebe-se, então, que mesmo que em alguns países haja maior inclusão feminina, os números ainda não estão perto de um equilíbrio. Balbino atribui esta situação a um preconceito institucionalizado que pode ser representado com o caso dos EUA e da Inglaterra, onde até os anos de 1970 dificilmente se encontravam mulheres diplomatas, pois era proibido haver profissionais mulheres casadas. Isso

reafirma a ideia de Ann Tickner (1992) de que o campo político se dá do ponto de vista masculino e para os homens, marginalizando contribuições femininas (BALBINO, 2011).

Em suma, o problema da desigualdade de gênero não deve ser visto como um “um problema das mulheres” e sim um processo de exclusão à mulher baseado na ideia de superioridade masculina que perpetua toda uma estrutura social, tanto interna, como externa ao Estado. A centralização do poder decisório nas mãos dos homens, não só afeta as representantes femininas na diplomacia, mas várias mulheres em todo o mundo, limitando seus direitos e assim criando uma visão conflituosa do gênero, distorcendo as percepções de mundo da sociedade. (SALVATERRA, 2019).

2.2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIPLOMACIA BRASILEIRA

Como já mostrado anteriormente, a presença da mulher na esfera pública se fez de forma lenta, sofrendo muita resistência por conta da estrutura patriarcal da sociedade. Percebe-se então essa reprodução de relações de poder pautadas na discriminação de gênero presentes no próprio Estado e em suas instituições. Logo, a diplomacia sofreu muito e ainda sofre com o reflexo destes preceitos patriarcais (CAPRARO, 2020).

Inicialmente, a diplomacia trabalhava se responsabilizando pelos Estados, a partir de uma agenda focada em conflitos e economia. Atualmente, mostra-se uma evolução na carreira diplomática quanto sua a área de trabalho, já que além dos temas anteriores continuarem prestigiados, adicionam-se outros diversos temas, ampliando a agenda diplomática de todos os Estados. Até então, se acreditava que a personalidade masculina era a ideal para lidar com a diplomacia, ao seguir a lógica sexista persistente no âmbito público da sociedade. No processo de transferência da diplomacia à responsabilidade dos ministérios de relações exteriores, com sua burocratização, as mulheres foram proibidas por anos de exercer o cargo de diplomatas. Com uma presença feminina extremamente restrita²⁰, recebe-se um apagamento histórico do trabalho de mulheres diplomatas nesta carreira (SALVATERRA, 2019).

²⁰ Sua presença se dava, principalmente, como “esposas diplomáticas”, assistentes e/ou secretárias em consulados e embaixadas. Não estavam no centro das discussões políticas, podiam apenas se apresentar em posições administrativas, ou seja, um papel ornamental e instrumental (MEDEIROS, 2017).

Foi em 1918 que foi admitida a primeira mulher ao cargo de diplomata, a baiana Maria José de Castro Rebello. Sua admissão se deu de maneira peculiar, principalmente pelo contexto nacional e por questões internas do Ministério. Em relação ao contexto histórico, neste tempo o movimento feminista era impulsionado pela luta, que se fortalecia, ao acesso à educação, à luta sufragista e à entrada no mercado de trabalho (CAPRARO, 2020).

Seguindo a lógica do parágrafo anterior, segundo Jaqueline Capraro (2020), em relação ao MRE, naquela época, o chanceler era Nilo Peçanha que necessitou tomar frente às responsabilidades relativas à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Além disso, o chanceler instituiu reformas para a reorganização dos serviços consulares e diplomáticos por conta da carência de funcionários na Secretaria do Estado. Assim, o Ministério passou a se organizar em três carreiras: a diplomática, a consular e a de oficiais da Secretaria.

No ano de 1918, para melhorar a condição financeira de sua família, Maria José decidiu participar do concurso, sendo que ela apenas conseguiu concorrer a uma vaga por conta da ajuda de Rui Barbosa, que dizia se amigo de seu pai. Rui Barbosa “argumentou, em seu favor, que à expressão “todos os brasileiros” do artigo 73 da Constituição de 1891 não era excludente das mulheres, mas abrangia ambos os sexos” (QUINTELLA, 2002, pg. 13).

Ao se destacar em boa parte das provas com ótimas notas, a baiana conseguiu se classificar em primeiro lugar no concurso, nomeada diplomata no dia 28 de setembro de 1918. O fato de uma mulher passar no concurso fez com que se intensificasse o debate acerca das transformações da esfera pública, já que Maria José foi a primeira funcionária pública brasileira, representando uma ruptura em um serviço público reconhecidamente masculino (CAPRARO, 2020)

Depois de Maria José, mais mulheres ingressaram ao Itamaraty até 1938, quando foi proibida a entrada de mulheres na carreira diplomática por conta da fusão das carreiras de diplomata e de cônsul, e a extinção da carreira de secretária. Até então, mesmo passando no concurso, as posições ocupadas por estas mulheres não eram exatamente de diplomatas, mas sim um apoio administrativo. Com essa nova reforma dos cargos do MRE, o ingresso de mulheres seria apenas possível na condição propriamente dita de diplomata, o que faria mulheres e homens estarem em pé de igualdade. Todavia, para a grande parte desses homens, essa ideia era inadmissível, sendo assim decretado uma lei

pela qual só brasileiros natos do sexo masculino poderiam ingressar na carreira²¹ (MENDES, 2011).

Outro retrocesso que pode ser observado foi a lei criada em 1946 que proibia o casamento de diplomatas com funcionárias públicas, como era possível anteriormente ao ano de 1938²² (QUINTELLA,2002). Foi apenas no ano de 1953 que uma mulher, finalmente, conseguiu entrar na carreira, através da força de um mandado de segurança. Contudo, este fato ajudou na extinção desta lei que proibia a participação das mulheres na carreira diplomática²³ (GOBO, 2018).

No período anterior ao decreto de 1954, em que havia discussões sobre a presença ou não da mulher na carreira, percebia-se que o discurso feito por aqueles que eram tanto a favor quanto contra o ingresso feminino na diplomacia se baseavam em estereótipos de gênero. Aqueles que eram a favor argumentavam ressaltando a delicadeza feminina. Já os homens a serem contra, ressaltavam a ideia da mulher como o sexo frágil e a dificuldade que seria de alocar mulheres em países considerados hostis, ou seja, se fosse um homem não haveria problema, já que a masculinidade traria a ideia de poder e força (MENDES, 2011).

Ainda a partir de Marina Mendes (2011), mesmo com a nova lei permitindo a presença feminina na diplomacia, havia agora outros entraves como, por exemplo, a vida afetiva, o que fez muitas das mulheres desistirem de suas carreiras. No caso de matrimônio com um colega de profissão, por lei, um teria de acompanhar o outro sem direito a remuneração e normalmente quem fazia este papel era a mulher. Assim, ao passo que a carreira de seus maridos era incentivada e impulsionada, elas permaneceriam com suas carreiras estagnadas, presas ao papel de mãe e esposa. Esta lei referente ao matrimônio perdurou até os anos 1980, quando foi destituída.

A partir dos anos de 1980, a decadência da ditadura militar e a apresentação de avanços democráticos com a criação da Constituição de 1988 fez com que o Brasil apresentasse mudanças institucionais. Neste cenário, o Itamaraty teve que lidar com o aparecimento de atores sociais que passaram a influenciar a política externa brasileira, assim como uma concentração de poder no Executivo. Logo, o MRE se mostrava em uma

²¹ Decreto-Lei n.º 791, de 14 de outubro de 1938, art. 30, parágrafo único dispõe: “A esse concurso só poderão concorrer candidatos do sexo masculino”.

²² Antes mesmo desse decreto em 1934 já havia sido decretada outra lei que determinava que no caso de haver casamento entre funcionários do Serviço Diplomático e do Serviço Consular, um deles deveria passar a não ser remunerado (QUINTELLA,2002).

²³ Lei n.º 2.171, de 18 de janeiro de 1954, art. 1.º dispõe: “11 Lei nº 2.171, de 18 de janeiro de 1954”.

posição dividida entre um conservadorismo e insulamento representados por menções honrosas a figuras políticas não tão democráticas e rituais institucionais, e uma posição apresentando as demandas destes atores sociais, como, por exemplo, consulta às ONGs e empresas (AMPARO, 2017).

A democratização do Brasil mostrou-se necessária para ocorrer uma evolução de costumes na diplomacia, por exemplo, em 1985 os casais de diplomatas poderiam servir em um mesmo posto no exterior (DELAMONICA, 2014). No entanto, mesmo com a promulgação da Constituição de 1988 não houve mudanças muito expressivas. Aparentemente, o gênero, entre os anos de 1985 e 1996, não era prioridade do Itamaraty. Apenas a partir de 1995 que começou a implementação de mudanças mais eficazes neste plano. A primeira legislação referente aos direitos das mulheres na carreira ocorreu na gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia com a Lei 9.392 de dezembro de 1996 que garantiu a Indenização de Representação no Exterior (IREX) para casais diplomatas, ambos ganhando a IREX, já que anteriormente o cônjuge que acompanhasse o outro recebia apenas 60% do IREX (PALMIERI, 2021).

Conforme Marina Mendes (2011), o processo de democratização do país, o acesso à carreira também seguiu o fluxo que o país estava seguindo. A partir de 1995, o processo da carreira passou a se dar da maneira que se conhece, com o empossamento dos aprovados diretamente no cargo de terceiro secretário, perdendo o caráter de graduação²⁴ que o concurso tinha, o que ajudou muitos candidatos que não possuíam origem em famílias com condições financeiras altas. Além disso, em 2002, o Itamaraty passou a ministrar o único mestrado do Brasil com enfoque na diplomacia.

Seguindo a lógica da autora, com um acesso à carreira mais democratizado, era de se esperar uma maior inclusão de diferentes pessoas, que neste caso, esperava-se chegar a um certo nivelamento entre o número de mulheres e homens na carreira, o que não aconteceu. Mesmo se comparando com os anos de 1970, onde a porcentagem de aprovadas era em torno de 10%, parece que desde os anos de 1990, a porcentagem de aprovadas estacionou-se por volta dos 20% e não mudou até hoje (MENDES, 2011).

Com dados de aprovação praticamente estagnados, houve avanços no setor do gênero, principalmente com a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deu enfoque para este assunto, com a liderança do MRE do chanceler Celso Amorim ao

²⁴ A aprovação no concurso era associada ao ingresso a um curso de formação que durava dois anos, ganhando um salário muito menor que o de terceiro secretário. Agora, havia a necessidade de possuir um diploma de ensino superior para a aprovação no CACD (MENDES, 2011).

instituir uma política informal de cotas para as mulheres sendo um instrumento de pressão interna para estimular a promoção de mulheres diplomatas para haver maior número feminino em cargos de chefia (COCKLES, STEINER, 2017).

Mesmo com a baixa representatividade no campo, com uma presença de 366 mulheres em um total de 1576 diplomatas²⁵, as mulheres conseguiram avanços significativos em relação ao seu espaço na carreira. Muitos destes avanços se deram ao fato de o Brasil equiparar seus ideais aos ideais da ONU:

Alinhado às ideias das Nações Unidas, o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança Brasileiro, criado em 2017, estrutura-se, basicamente, em pilares considerados essenciais para a consolidação de uma contribuição para a paz e segurança internacionais voltada para a transversalização de gênero e para o empoderamento de mulheres e meninas. O Estudo Global de 2015, realizado pelas Nações Unidas a respeito da implementação da Resolução 1325 (ONU, 2015) postula que “a presença de mulheres em negociações de acordos de paz aumenta em 20% as chances de que estes durem por pelo menos dois anos e em 35% a probabilidade que durem mais de 15 anos” (BRASIL, 2017, p.12). Esse conjunto de providências consegue impactar - sistematicamente - nas vidas de diversas mulheres, não apenas dentro da carreira diplomática, mas também nas políticas públicas adotadas pelo governo, que devem ser mais receptivas às questões de gênero. (RODRIGUES & MOURA, 2019).

Ainda com Anna Rodrigues e Nayanna Moura (2019), compreende-se que com o incorporamento de debates relacionados ao gênero na contemporaneidade, as diplomatas conseguiram consideráveis avanços. Contudo, sua representatividade ainda é mínima, pois como reflexo da desigualdade e masculinização da profissão percebe-se que a trajetória das mulheres diplomatas no Itamaraty ainda é longa para haver um equilíbrio de gênero realmente visível e efetivo.

2.3 ASCENSÃO FEMININA NOS CARGOS DE UMA CARREIRA DE PERFIL MASCULINO

A participação feminina no Itamaraty é historicamente recente, ou seja, ainda há menos mulheres presentes no MRE se compararmos com a quantidade de homens. Mais que isso, conforme Amparo (2017), essa baixa representatividade muito se dá pela imagem dos diplomatas ser masculinizada em propagandas pela mídia, logo as mulheres

²⁵ Números datados no ano de 2019.

jovens não se veem representadas e indiretamente há menos interesse feminino pela área de atuação.

Essa pequena perspectiva de entrada no Itamaraty não é o único fator que mostra a baixa representatividade. Para as mulheres diplomatas a ascensão na carreira é um processo difícil, muito por conta de como a carreira diplomática se constrói, hierarquicamente. Quando se é aprovado no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), inicia-se na carreira como Terceiro Secretário e ao cumprir com o que necessita para subir de nível hierárquico, passa para Segundo e Primeiro Secretário (AMPARO, 2017).

A promoção de Terceiro Secretário para Segundo Secretário se dá por antiguidade, ou seja, por trabalhar no mesma função por um período de, aproximadamente, quatro anos, seguindo uma ordem preferencial²⁶. Já para a ascensão a Primeiro Secretário, adiciona-se o critério de merecimento. Assim, a cada um diplomata promovido por antiguidade, quatro são promovidos por merecimento. A partir daí, as promoções²⁷ se dão apenas por merecimento e alguns pré-requisitos. Para promoção a Primeiro Secretário, compreende-se necessário o diplomata ter um tempo mínimo de dois anos de serviço em posto no exterior para poder estar apto a uma futura promoção. Já o Primeiro Secretário necessita de cinco anos de serviço em posto no exterior mais dez anos desde sua posse para se tornar Conselheiro. Para este, exige-se sete anos e meio de serviços fora do Brasil mais quinze anos de exercício na carreira. Para promoção a Embaixador, necessita-se de dez anos de serviços em postos no exterior, vinte anos de serviços desde a posse e mais três anos como titular de chefia no exterior ou em algum cargo nas diferentes Secretarias de Estado de Relações Exteriores (SERE) (TELLES, 2020).

Conforme Balbino (2011), mulheres diplomatas tendem a ascender mais rapidamente que diplomatas homens ao cargo de Primeiro Secretário²⁸, já que essas promoções dependem menos de articulações políticas. Contudo, para futuras promoções, há uma grande dificuldade em obter o apoio político que necessitam. A autora ressalta

²⁶ Conforme ano de posse ou ordem da classificação final do concurso, no caso de os diplomatas terem o mesmo ano de posse.

²⁷ Na carreira diplomática a hierarquia se dá a partir do Terceiro Secretário, seguindo para o Segundo Secretário, Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe, ou apenas Ministro e por fim o Ministro de Primeira Classe, ou Embaixador.

²⁸ Isso, teoricamente, acontece por conta da extrema pressão que mulheres sentem para demonstrar bons resultados como uma forma de reafirmação de sua própria posição e seu merecimento enquanto ao cargo (BALBINO, 2011).

que isto está vinculado à “decorrência da aprendizagem e incentivo deficiente em jogos de poder, por vezes ficando presas a receios de parecerem inconvenientes, o que é dificultado pelo fato de terem de lidar predominantemente com colegas do sexo oposto” (BALBINO, 2011, pg. 67).

A partir disso e de dados já apresentados, compreende-se a desigualdade em números de mulheres e homens na carreira diplomática e os dados se mostram mais alarmantes à discriminação no processo de ascensão da profissão. Conforme Cockles e Steiner (2017), existe uma certa subjetividade no processo de indicações a cargos que abre espaço para a intervenção da cultura e da socialização dentro do MRE que tem papel fundamental para a constituição hierárquica entre os diplomatas. Pois, quando as instituições formais não são o suficiente, são as informais que se encarregam de criar moldes para o comportamento de todos. Assim, as autoras perceberam que há três reflexos potenciais que afetam as mulheres.

Primeiramente, há o conceito de um padrão social estético da pessoa diplomata que se resume em homens brancos, sapientes que venham de grupos econômicos privilegiados. Em segundo lugar, elas citam a naturalização de estereótipos posicionais de mulheres, ou seja, atitudes vindas de homens e atitudes vindas de mulheres diplomatas são vistas de maneiras diferentes, pois enquanto o homem “apenas defende sua ideia fortemente”, a mulher estaria “agindo de maneira histérica e desequilibrada”, mostrando assim uma prática recorrente de *gaslighting*²⁹ no cotidiano da profissão (PALMIERI, 2021).

Por fim, as autoras interpretam que as conexões políticas, que possuem um papel fundamental no processo de promoção individual ao dar mais visibilidade aos candidatos, se alinham mais ao perfil de interação social masculino. Isso parte do pressuposto de que as características como competitividade e facilidade em se arriscar, que contribuem para influência na articulação política de ascensão de cargos, são masculinas (COCKLES; STEINER, 2017).

Dados de abril de 2019, mostram que 3,14% de diplomatas no cargo de Terceiro-Secretário são mulheres de um total de 11,35%. Dos 21,79% do total de diplomatas como

²⁹ Termo utilizado para denominar a prática de violência psicológica através da estratégia da manipulação para controlar outro alguém, desqualificando sua sanidade. Na sociologia, compreende-se como na tentativa de criar um ambiente social surreal ao levar o outro a crer estar agindo com irracionalidade. Tática muito presente em relações desigualdades sociais. Na literatura feminista compreende-se como tentativa do homem de invalidar a racionalidade e sanidade da mulher, para poder controlá-la e silenciá-la (SWEET, 2019)

Segundo-Secretário, apenas 5,19% são mulheres e em relação ao cargo de Primeiro-Secretário, os dados são parecidos. Considerando que os três últimos cargos são os mais altos, percebe-se uma queda gradual da presença feminina. Há apenas 4,04% de conselheiras em comparação com 15,06% de conselheiros e de um total de 14,68% de Ministros, há apenas 3,14% de Ministras. No cargo de Embaixador, de um total de 13,27%, 2,50% destes são mulheres (AMPARO, 2021).

Seguindo ainda Gabrielly Amparo (2017), mesmo que, historicamente, tenha havido avanços em relação à participação da mulher no Itamaraty, ainda é um desafio que precisa ser discutido. Ou seja, mais que motivos socioculturais, a desigualdade se reflete na própria história do Itamaraty, como instituição estatal. Mais que isso, além de barreiras sociais na profissão, há uma série de expectativas que a sociedade cria quando se associa mulher e gênero feminino.

Em um “survey” realizado com 208 diplomatas brasileiros, foi perguntado se a carreira diferia entre homens e mulheres. Enquanto 54% dos homens responderam não haver diferença, 85% das mulheres responderam que sim, há diferenças. Dentre as mulheres entrevistadas, 25% apontaram diferença em relação à vida pessoal e maternidade, 9% delas acreditam possuírem maior dedicação ao trabalho que os diplomatas homens, 14% afirmam haver preconceito, machismo, sexismo e situações de assédio que diferem então o tratamento entre ambos os sexos na profissão e 0% das diplomatas entrevistadas afirmam que as mulheres são favorecidas nas promoções. As respostas dos diplomatas homens se dão, respectivamente em, 35%, 5%, 11% e 1% (GOBO, 2018).

Analisando as respostas dessa pesquisa, minuciosamente, Gobo (2018) percebe, principalmente, em relação à questão da maior porcentagem de homens nas questões relativas à conciliação da carreira e d maternidade, que:

Como se pode ver não há diferenças gritantes entre as temáticas ou a sua importância entre homens e mulheres. Daqueles que afirmam haver diferenças entre os dois grupos, três temas foram mais frequentes: vida pessoal e maternidade, comportamento profissional e preconceitos originários às diferenças entre os sexos. Somente um afirmou que as mulheres são favorecidas nas promoções, numa clara evidência à oposição das políticas de igualdade de gênero dos últimos anos. Apesar da semelhança nas respostas, quando analisadas uma a uma percebe-se que a ênfase maior no grupo masculino é para as questões relativas às dificuldades em conciliar a vida profissional e maternidade. Enquanto para as mulheres, é bastante citada a dificuldade de contrair e manter uma relação numa carreira que exige mudanças constantes e que dificultam a vida profissional do parceiro. Essa diferença de posicionamento se deve ao fato de que o impacto da maternidade para essas mulheres é menor do que o abalo na vida afetiva, tendo em vista que os altos salários garantidos na carreira diplomática possibilitam a elas a contratação de outras mulheres para cuidar de seus filhos. Com relação ao segundo tema, as mulheres

disseram ter maior dedicação ao trabalho, já para os homens as mulheres são diferentes porque são mais prudentes nas tomadas de decisão (GOBO, 2018).

Em relação à maternidade, mostra-se que, além da dificuldade quanto ao casamento, as mulheres diplomatas passam por períodos de gravidez, ou seja, a necessidade de licença. Mesmo a licença valendo para todos os diplomatas quem mais a utiliza são as mulheres. Por exemplo, em 1985 elas foram responsáveis por 41,57% das licenças. Além disso, por muito tempo a licença não foi opcional, já que dois diplomatas não poderiam servir em um mesmo posto, caso fossem casados. Logo, a esposa era quem, tirava a licença na maior parte dos casos, para acompanhar o marido em missão no exterior. Acrescenta-se a isso que as mulheres diplomatas brasileiras também sofrem assédio moral e/ou sexual de colegas, assim como externamente sofrem preconceito da sociedade que não enxerga mulheres como diplomatas (AMPARO, 2017).

Em relação ao isto, Viviane Balbino (2011) faz algumas ressalvas:

A masculinização é uma das estratégias de lidar com uma das formas mais comuns que a discriminação de gênero assume no ambiente de trabalho contemporaneamente. Trata-se do assédio moral, forma de intimidação mais sutil que o assédio sexual em que a sedução não precisa estar presente, que busca desqualificar a qualidade do trabalho da mulher pelo seu sexo, pela sua forma física diferente, pela sua condição de mãe, ou seja, pelo fato de ser mulher (BALBINO, 2011, pg. 46)

E ela continua ao compreender a difícil conciliação entre ser mulher em profissões consideradas masculinas:

A pesquisa empírica em ambiente de trabalho comprova a dificuldade de conciliação entre os papéis de mulher e de profissional aos olhos de chefes e colegas. Fiske e Glick (1995), por exemplo, descrevem um “círculo vicioso” que ocorre com mulheres que abraçam carreiras estereotipadas como masculinas: se elas se apresentam como tendo traços tradicionalmente masculinos (como ambição, independência), seus pares tendem a classificá-las como mulheres “não tradicionais”, o que pode ser ameaçador para alguns. Se, por outro lado, elas tentam se mostrar menos ameaçadoras e enfatizam valores tradicionais (mencionando seu amor pelo marido e filhos, por exemplo), seus pares passam a questionar sua dedicação ao trabalho (BALBINO, 2011, pg. 48).

Ou seja, se encaixar em uma profissão estereotipadamente masculina gera uma sensação de desequilíbrio entre a vida privada e profissional da mulher. Medeiros (2017), expressa isso ao apontar a “busca por equilíbrio” como a principal narrativa feita pelas diplomatas entrevistadas por ela. Pois, tanto se deseja uma vida pessoal satisfatória, quanto uma vida profissional bem sucedida, sem estar limitada ao papel de mãe e esposa. Mas, como a carreira diplomática demanda certo tipo de priorização, se torna complicado

para elas conseguirem tal equilíbrio, ainda mais visto que a ideia de incompletude do papel familiar é vista negativamente, ao passo que há expectativas que recaem sobre as mulheres em relação à divisão sexual do trabalho.

Todas as premissas até agora tratadas andam de forma conjunta e se mostram presentes quando percebemos que além da ideia de distribuição hierárquica, a desigualdade é perceptível em cargos representativos que possuem maior visibilidade na sociedade, como, por exemplo, nunca houve uma Ministra das Relações Exteriores no Brasil, sendo que desde 1988 já houve 74 trocas de Ministros no MRE. Também nunca houve uma Secretária-Geral das Relações Exteriores e desde a criação do Itamaraty, em 1945, apenas três mulheres o comandaram. Além disso, em relação a postos com maior relevância: nunca uma mulher chefiou a embaixada de Washington, Buenos Aires, Madri, Londres e Lisboa. Em 2018, de 122 chefes de embaixada, apenas 9,8% eram mulheres, sendo 5 na África, 4 na Europa e 3 na Ásia, um total de 12 mulheres. Em relação aos consulados é a mesma lógica, de 52 Consulados-Gerais, apenas 17 são chefiados por mulheres, em média um terço do total (AMPARO E MOREIRA, 2021).

Ainda hoje, não há um órgão exclusivo ou comitê para tratar das demandas relacionadas ao gênero no Itamaraty, mesmo com a criação do CGGR³⁰, entendendo-se assim que não houve uma boa articulação de uma política interseccional de gênero e raça pelo CGGR. Compreende-se assim, que nunca houve a implantação de uma política ampla e totalmente eficaz sobre o gênero ou de dispositivos juslaboristas, como fala Marina Palmieri (2021), na carreira diplomática brasileira. Ela ainda afirma que até hoje, todas as iniciativas efetuadas foram informais e personificadas, fazendo com que a divisão sexual do trabalho ainda se perpetue na diplomacia brasileira.

³⁰ O Comitê Gestor de Gênero e Raça se tornou sobrecarregado com a concomitância de demandas de raça e com a responsabilidade que possui na verificação de autodeclaração dos aprovados no concurso e isso fez com que as questões de gênero ficassem em segundo plano. Mesmo com recorrências ao CGGR para ampliação de funções do comitê, principalmente após relatos de abusos dentro do MRE em 2015 (COCKLES E STEINER, 2017).

3. A MULHER NO ITAMARATY: ENTREVISTA COM DIPLOMATAS BRASILEIRAS

Sabendo que muitos dos dados e informações sobre o assunto são superficiais ou apenas poucos por conta da pouca pesquisa feita na área sobre o assunto, este trabalho optou em realizar uma entrevista via email com diplomatas brasileiras visando compreender melhor a situação atual das mulheres na carreira diplomática. Também buscava-se comparar os dados coletados com a pesquisa feita por Viviane Balbino em 2011, na qual a autora fez entrevistas com diplomatas e oficiais de chancelaria mulheres, para compreender se nesses dez anos houve algum tipo de mudança de pensamento e ações por parte do Itamaraty e das próprias mulheres diplomatas.

Ressalta-se, no entanto, que enquanto a pesquisa de Balbino contava com diplomatas e chanceleres, a presente pesquisa por se focar no tema da carreira diplomática focou-se em entrevistar apenas diplomatas e analisar os dados apenas referentes à diplomacia.

Por conta da dificuldade de conseguir contatos com diplomatas, a entrevista contou com a participação de quatro diplomatas mulheres, anonimamente, e dessa forma iremos nos referir à estas como diplomata A, B, C e D, quando for pertinente. Foram feitas perguntas relacionadas a sua vida profissional, pessoal e questionamentos relativos à mudança que acreditassem serem persistentes, e gerais sobre a presença feminina na carreira.

3.1 VIDA PROFISSIONAL E FAMILIAR

A decisão de seguir esta carreira veio no ensino médio para duas das entrevistadas, enquanto as outras decidiram já estando em uma jornada acadêmica mais longa, enquanto ingressaram no mestrado. Destaque para a diplomata A que decidiu seguir essa carreira muito por conta do fato de seu pai já seguir esta carreira e conhecer como este meio funciona e a diplomata D que trabalhou com uma embaixadora já aposentada no seu mestrado.

Sobre a preparação para o concurso e as expectativas sobre este e como afetam diferentemente os gêneros, todas apontam haver divergências de preparação e expectativas. Três delas citam a vida pessoal como um fator a ser considerado na hora de

prestar o concurso. Uma das diplomatas especifica que no período de preparo há um apoio maior aos homens que estão se preparando para o concurso. Os rapazes, no caso, conseguiam contar mais com o entusiasmo das parceiras para prestar o CACD, sendo que muitas os seguiriam para Brasília. Já no caso contrário, muitas mulheres que queriam ser diplomatas, ou seja, prestar o concurso, não tiveram apoio, ou os parceiros não estavam dispostos a seguirem elas para Brasília. Citando-a:

[...] Algumas viram o casamento ou namoro acabar no primeiro ano em Brasília, uma com a transferência do marido, outra sem a transferência do noivo, este último caso vi acontecer outras vezes ao longo da carreira assim como pares que se formam imediatamente no primeiro ano, havendo ambos chegado a Brasília solteiros. Assim, ao longo da preparação, a eventual desistência do namorado, ou apoio não entusiasta, ou a perspectiva de rompimento parece pesar mais sobre as candidatas.

A diplomata C cita a maior cobrança sobre a conciliação da vida familiar e profissional para as mulheres, enquanto a diplomata A cita a maior preocupação das mulheres com a flexibilidade do cônjuge do que os homens, como expectativa, contudo acredita que em relação à preparação, não há divergências. Afastando-se dessa ideia, a diplomata D sugere que a falta de autoconfiança das candidatas mulheres é um fator que prejudica sua preparação ao concurso.

Em suma, percebemos uma relação entre as respostas de que antes mesmo de iniciar a carreira existem preocupações prévias que podem afetar o desempenho das mulheres no concurso e muito se dá por conta da pressão patriarcal sobre a mulher, principalmente quando se compreende haver uma crença de que a ideia de conciliar uma profissão de carreira e uma família ou relacionamentos, para mulheres, é muito difícil, já que seu foco deveria pesar mais para um objetivo de criar e cuidar da família, podendo muito afetar a autoconfiança dessas ao prestar o concurso, como cita a diplomata D.

Todas as diplomatas citam terem entrado em contato muito mais com homens na carreira do que com mulheres, e aquelas que justificaram as respostas, utilizaram o mesmo argumento, de que há um número maior de homens diplomatas do que mulheres, em torno de 80%.

Quando perguntadas sobre a existência de uma semelhança nos perfis das mulheres que se candidatam para o IRBr e se difere dos perfis masculinos, uma delas afirmou que não vê diferenças de perfil, na realidade acredita serem parecidas. As outras respostas, ao contrário desta primeira, afirmam haver diferença de perfis, contudo justificam-se distintamente. A diplomata A reflete haver diferentes perfis que se encaixam tanto para homens quanto para mulheres, como, por exemplo, tímidos que escrevem bem

e aqueles sendo bons oradores e a característica em comum seria o interesse pelas relações internacionais e por outras culturas.

As diplomatas B e D, veem diferenças de perfis entre os sexos. A diplomata B, ao se referir as características das diplomatas mulheres, cita possuírem curiosidade intelectual e social, mas que acabam estando fadas a incertezas duradouras por conta da diplomacia ser uma carreira desenhada para satisfazer as necessidades pessoais e profissionais de indivíduos do gênero masculino. Além disso, compreende que os níveis de curiosidade intelectual e sociais mais variáveis que partiriam da segurança no aspecto da evolução de sua carreira, com mais oportunidades e liberdade de escolha. A diplomata D, enxerga a diferença na falta de autoconfiança das mulheres na carreira e que o concurso é elaborado e corrigido por homens, em maioria.

Já quando perguntadas sobre seus primeiros contatos com diplomatas do gênero feminino, todas responderam possuírem experiências boas, nenhuma citou existência de competição feminina ou uma experiência de primeiro contato negativa. Vale destacar a resposta da diplomata A, que expressa:

Conheci diplomatas mulheres da geração do meu pai, mas fora do ambiente de trabalho. Quando comecei a trabalhar, percebi que os comentários sobre as mulheres eram depreciativos (que eram fracas, ou bravas, ou loucas). Quando tive a chance de trabalhar com mulheres diplomatas percebi que os comentários eram injustos e infundados.

Sobre o fato de terem tido mais chefes homens ou mulheres e se possuíam uma preferência, tirando a diplomata B, subordinada mais frequentemente a chefes mulheres, as outras diplomatas tiveram homens como chefes, em sua maioria. Contudo, nenhuma possui preferência por homens ou mulheres como chefes, com exceção da diplomata D, que preferiria chefias femininas, por conta que isso significaria um maior equilíbrio de gênero da profissão.

Ou seja, os dados mostram-se condizentes aos números já apresentados quanto a quantidade de mulheres na carreira, quanto ao baixo número de mulheres em posição de chefia, logo, relacionando-se com os dados de baixa ascensão feminina na carreira.

Atualmente, com exceção da diplomata B, todas estão trabalhando, predominantemente, com indivíduos do sexo masculino. E em relação ao modo de trabalhar, percebe-se que o diplomata homem trabalha de uma maneira mais individualista, valorizando mais o próprio trabalho, conforme a diplomata C. Percebe-se também que, conforme a diplomata A, a diferença do modo de trabalhar está mais ligada

à personalidade do que com o sexo. Já conforme a diplomata B, existe um conforto mais ao se trabalhar com mulheres, pois há maior flexibilidade e capacidade de adaptação.

Questionadas sobre o porquê da baixa representatividade feminina na carreira, duas responderam citando o receio ou medo por conta da ideia de constituição familiar por conta de uma pressão social patriarcal. Outra cita que vivemos em uma sociedade machista e o Itamaraty é uma instituição que pertence a ela e isso só vai mudar com cotas: 50% das vagas para mulheres e os outros 50% das vagas para homens. Apenas uma delas citam a questão salarial:

Há carreiras que oferecem condições mais favoráveis de progressão funcional (portanto, salarial), de reconhecimento e alocação eficiente das competências e habilidades das funcionárias mulheres, de acesso a postos de tomada de decisão, além daqueles de responsabilidade de gestão administrativa e orçamentária.

Quando perguntadas se o fato de serem diplomatas influenciou em suas vidas familiares, todas responderam que sim, houve influência, principalmente, relacionada ao cônjuge. A diplomata A afirma haver forte influência, o que demanda grande flexibilidade, não apenas do companheiro, mas também dos filhos. Ela conta:

[...] Conheci meu marido quando já era diplomata, então o casamento já pressupunha a necessidade de flexibilidade. Meu marido flexibilizou sua profissão para acompanhar-me nos postos no exterior. Entretanto, eu flexibilizei minha próxima saída para o exterior para acomodar a necessidade profissional dele de ficar mais tempo no Brasil.

Já a diplomata B diz que não houve influência, de início. Todavia, a sua relação conjugal teve de se adaptar já que ela acabara se divorciando. A diplomata C conta que por conta da carreira, terminou um relacionamento de seis anos, pois seu namorado não estava disposto a acompanhá-la quando passou no concurso. Ela também expressa que a vida familiar nunca foi sua prioridade, ela colocara em primeiro seus estudos e trabalho. Hoje ela é casada e o marido concordou em acompanhar ela em sua primeira remoção. A diplomata D afirma que:

[...] Casei-me com um homem que já tinha carreira internacional justamente para poder me acompanhar e me apoiar. Já precisei adiar planos de ir para o exterior justamente para também acomodar interesses da carreira dele. É importante valorizar a carreira do cônjuge também, seja homem ou mulher.

Quando perguntadas sobre sua experiência pessoal no que diz respeito à vida familiar e se é semelhante a maioria dos diplomatas, com exceção da diplomata B, que

afirma não conhecer muitos colegas homens monoparentais, como ela, e apenas algumas colegas mulheres que são, todas as outras responderam que sim.

Elas expressam que a semelhança se dá pelo motivo de que, atualmente, é comum ver casais flexibilizando-se para conciliarem suas agendas. Contudo, pelas suas respostas, percebe-se que isso está mudando gradativa e lentamente, muito se vem da nova mentalidade que está crescendo no Itamaraty, de que não é mais apenas a mulher que deve se desfazer de sua carreira ou se adaptar ao marido.

3.2 INCENTIVOS E MUDANÇAS

Seguindo com a entrevista, foi perguntado às diplomatas o que se considera a partir do fato do percentual de aprovadas fica sempre nos 20%. Uma delas respondeu representatividade. Mostrar não haver mais necessidade de sacrifícios relacionados a vida familiar e de que as capacidades e competências de homens e mulheres devem ser compreendidas como equivalentes umas com as outras. Ou seja, acabar com o estereótipo de que essa é uma carreira masculina. Duas citam a criação de cotas de gênero e dá necessidade de uma reformulação da prova para lidar com o viés do gênero no processo de criação e correção delas.

Cita-se também de no período de preparação, haver mais mentoria para as mulheres. Outra resposta foi que essa mudança dependeria de uma mudança social, caso não haja incentivos concretos, logo, este é um processo que se dará de forma muito lenta.

Perguntou-se também sobre ações que o MRE poderia fazer para incentivar mais mulheres à carreira. A diplomata A argumenta sobre a ideia de poder mudar a prova e fazer campanhas e projetos de mentoria para mulheres. Já a diplomata B fala sobre a promoção da representatividade das mulheres diplomatas para convencer interessadas a se candidatarem. A diplomata C declara a necessidade de superar mitos e ideias equivocadas sobre a carreira e mostrar haver sim, mulheres diplomatas. Por fim, a diplomata D demonstra que precisaria promover mais mulheres a postos de chefia relevantes, já que atualmente, apenas homens chefiam as principais Embaixadas.

Quando se questionou se elas já presenciaram alguma situação relacionada ao tema ou se já passaram ou ouviram falar de alguma diplomata passar por uma situação

constrangedora. Três das diplomatas responderam. A diplomata A destacou situações que ela passou por ser mulher e mãe diplomata:

Já ouvi de embaixadores que a carreira não é para mulheres, por ser difícil de conciliar com a vida familiar. Já fui preterida em postos por estar grávida. Já fui preterida em postos de chefia por ter filhos pequenos e sofrer o preconceito de que não estaria 100% à disposição para o cargo.

A diplomata D destaca de que o “filé da política externa” sempre são assuntos destinados aos homens e que os trabalhos menos relevantes são destinados às mulheres diplomatas. Já a diplomata C afirma que casos de assédio e discriminação não são incomuns e já ouviu falar de alguns casos e outros presenciou. Acrescentou também, haver muitas situações de condescendência e de desrespeito em menor escala contra a mulher.

Ao serem perguntadas se perceberam mudanças, tanto positivas quanto negativas, na atualidade, a diplomata B respondeu que houve mudanças positivas derivadas de mudanças geracionais. A diplomata C percebe que as novas gerações de colegas homens da profissão tendem a ser menos misóginos e mais preocupados com a questão de igualdade de gênero. Contudo, enfatiza que mesmo assim os desafios institucionais e estruturais permanecem. A diplomata A cita as cotas informais para as mulheres, o que ajudou várias a chegar em posições de chefia, mas destaca que toda vez que se percebe o uso destas cotas informais é perceptível sentir o ressentimento que vem por parte de alguns colegas homens. Destaca-se a resposta da diplomata D, que enfatiza a influência da liderança do Ministério:

Houve melhoria durante a gestão do Chanceler Amorim, que valorizou e promoveu muitas mulheres competentíssimas e brilhantes que estavam sendo subutilizadas anteriormente e houve também uma grande piora com a gestão Ernesto Araújo.

Como última pergunta da entrevista, foi pedido que as diplomatas tecessem algum comentário, caso achassem pertinente. A diplomata C não se manifestou. A diplomata A apenas fez um comentário de incentivo, encorajando a ideia de seguir a carreira mesmo com as dificuldades, tanto para homens quanto para mulheres. A diplomata A afirma que não é uma questão de dificuldade do órgão público ou do país, mas que à mudança serve para haver maior eficiência e eficácia do serviço público. Já a diplomata D traz um viés mais acadêmico ao falar:

Sugiro que as pesquisadoras usem os dados estatísticos disponíveis no MRE para ilustrar a grande porcentagem de mulheres destinadas aos Consulados e às Embaixadas na África e o número astronômico de Postos relevantes 100% dominados por homens ao longo da história. Nunca houve uma mulher chefiando as Embaixadas do Brasil em Londres, Washington e Buenos Aires, por exemplo. A quota de homens na chefia desses (e de vários outros) Postos é de 100%.

3.3 COMPARAÇÃO DAS PESQUISAS

Com os resultados obtidos e considerando a pesquisa feita por Balbino em 2011, nos aspectos que são pertinentes ao presente trabalho, percebe-se que na questão da vida familiar é o que mais afeta as mulheres na carreira, tanto em 2011, quanto em 2021. Contudo, em ambas as pesquisas nenhuma das entrevistadas constatarem largar suas carreiras ou colocar a carreira do marido como sua prioridade, mesmo reconhecendo que é uma questão que afeta muito mais mulheres que homens. Apenas uma diplomata, na pesquisa de 2011, que era casada com um colega que sofreu por conta disto, já que era na época em que a legislação não garantia os seus direitos de remoção, obrigando ela a agregar-se ao marido.

Algo que se mostrou comum em ambas as pesquisas foi que uma das causas que do desincentivo à mulher para ingressar na carreira diplomática é a falta de representatividade da mulher na diplomacia. Conforme Balbino (2011):

Sobre os determinantes dos baixos índices de aprovações femininas no CACD, apesar de ser fundamental ter acesso às opiniões e aos dados do universo de candidatas para qualquer conclusão definitiva, os resultados mostram ser bastante plausível a hipótese de efeito da imagem masculina da carreira e do mito da impossibilidade de constituição de uma família sobre o interesse e a preparação adequada para o concurso. O CACD é um dos concursos públicos mais exigentes no Brasil atualmente e, portanto, demanda grande dedicação na fase de preparação. (BALBINO, 2011, pg. 186).

Analisando essas duas pesquisas, vê-se que entre estes dez anos não houve muitas mudanças em relação à mulher na carreira. Em questões de dados quantitativos, não houve muitas mudanças em relação ao número de mulheres diplomatas, ainda está estagnado em torno dos 20%. Ou seja, a representatividade feminina ainda é pequena e essa imagem masculina ainda é algo pertinente na atualidade.

Seguindo essa premissa, ainda nos postos de maior relevância há apenas homens na chefia. Ainda o homem é a imagem do Itamaraty. Homens ainda são a maior parcela

de candidatos no CACD. Como as entrevistadas neste presente trabalho relatam direta e indiretamente, a sociedade patriarcal ainda interfere em carreiras que são consideradas masculinizadas e as mudanças apenas vão acontecer de maneira lenta, pois a estrutura da instituição segue a ideia dessa sociedade.

Isso é algo que Balbino cita no final da sua pesquisa:

[...]não se pode esperar que os determinantes culturais relacionados a gênero transformem-se radicalmente no decurso de décadas. E aqui há que se fazer referência à tradição patriarcal da sociedade brasileira. De história colonial semelhante, os países da América do Sul como um todo estão submetidos a esse passado que tem reflexos no presente e que gera contradições (BALBINO, 2011, pg. 187).

Ou seja, esta pesquisa confirma a ideia de que não há como uma mudança radical, como cita a autora, aconteça espontaneamente, já que é um processo gradual por conta do machismo estrutural da sociedade brasileira.

4. CONCLUSÃO

O feminismo é um movimento político-social que possui diferentes vertentes que nasceram paralelamente ao desenvolvimento da sociedade. Logo, há divergências em suas pautas. Contudo, a essência delas é a mesma: a luta contra a opressão da mulher. É se apoiando nessa perspectiva que se consegue verificar uma grande pressão feminina reivindicando seus direitos de participar do meio público e político.

Mesmo havendo avanços com políticas públicas sobre igualdade de gênero, tanto no Brasil quanto no mundo, compreende-se que a luta por igualdade ainda é longa, já que a desigualdade permanece, intensamente, interferindo na situação das mulheres. Através de pensamentos como esses que diversas ativistas e estudiosas feministas iniciaram suas pesquisas e desenvolvem suas teorias. Com elas se entende a necessidade da mulher em posições de autoridade e de tomada de decisão, para que mais mudanças eficazes sejam projetadas e realizadas.

Com os dados analisados, percebe-se que a presença feminina no campo político se dá muito por conta de políticas que fomentam a busca pela igualdade de gênero, contudo, ainda há muito pouca representatividade. Na diplomacia, a diferença entre a quantidade de mulheres e homens diplomatas é grande. Ainda mais, no processo de promoção na carreira diplomática, há muito menos mulheres ascendendo em cargos de maior poder ao compará-las com os homens diplomatas.

Partindo deste pressuposto, compreende-se que, historicamente, na diplomacia brasileira a mulher já teve seu espaço permitido na carreira muito tardiamente, apenas em 1918 com Maria José de Castro Rebelo Mendes, sem contar que vinte anos depois elas foram proibidas de seguirem esta carreira, apenas sendo possível seu retorno legítimo em 1954. Mesmo assim, a média percentual de mulheres diplomatas é de 20%, o que mostra que a participação feminina em uma carreira masculinizada é muito difícil, principalmente após o ingresso no IRBr.

Internamente, a carreira diplomática se constitui de forma hierárquica. Assim, para a ascensão de cargos, quando se é mulher é muito mais difícil. Os dados mostraram haver muito menos mulheres em cargos de chefia na carreira diplomática e que a

promoção para as mulheres é muito mais complicada, já que a partir do cargo de Primeiro-Secretário, há a ideia de merecimento e não mais a de antiguidade.

Acrescentando a esta ideia, vale ressaltar que a mulher diplomata sofre, ao passo que necessita conciliar muito mais a vida profissional com sua vida familiar. Com as entrevistas feitas, confirmou-se o que vem sendo relatado sobre a diplomacia brasileira. A baixa representatividade feminina faz com que a imagem da diplomacia ainda seja masculina e isso leva ao desinteresse de muitas garotas e mulheres que poderiam ser boas profissionais na área.

Essa entrevista também se mostrou útil quando expressa que na atualidade a mulher não precisa mais fazer sacrifícios que se viam necessário em décadas anteriores. Contudo, o Itamaraty é uma instituição que ainda padece do machismo e patriarcalismo em que estamos inseridos, ou seja, uma mudança de comportamento tanto institucional quanto pessoal acontecerá apenas de forma gradativa e lenta, como cita Balbino em sua pesquisa e é reafirmada quando dez anos depois, ao fazer perguntas iguais e semelhantes às diplomatas, percebe-se poucas mudanças.

Assim, compreende-se que quando lidamos com carreiras masculinizadas, ou melhor, com a participação da mulher no meio político, sendo um meio protagonizado pelo homem, há um círculo vicioso de falta de representação feminina, que leva ao desincentivo à sua participação, continuando assim com à falta de representatividade e pouco reconhecimento daquelas mulheres que trabalham e seguem uma carreira como a diplomacia.

Por isso, ações afirmativas, políticas públicas em prol do equilíbrio de gênero são tão importantes, não é atoa que um dos maiores motivos da ascensão da mulher em cargos de chefia na diplomacia brasileira vem através de cotas informais, que por muitos homens diplomatas são criticadas pela ideia de que as mulheres estão sendo privilegiadas, quando a realidade está longe disso.

Por fim, que os dados coletados da pesquisa de Balbino (2011), antecedem o ano citado, datados em um período que ocorreu um certo avanço da representatividade da mulher na diplomacia com a liderança do chanceler Amorim, como foi já citado no presente trabalho e na entrevista feita. Já na atualidade, reflete se a liderança do Ministério do governo Bolsonaro não influenciou para estagnar mais expressivamente a representação feminina no Itamaraty, pois se considerarmos as respostas da presente pesquisa, parece que a instituição está seguindo um caminho retrogrado à luta por igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Brasiliense, 1985.

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos do. Rainhas do Palácio: A mulher na Carreira Diplomática Brasileira. **Universidade Católica de Santos**. 2017

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos do; MOREIRA, Julia Bertino. A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 22, 2021

ARAÚJO, Fernando Henrique de Moraes. **Breves apontamentos sobre o feminismo**. Meu Site Jurídico. Editora Juspodivm. 27 de abril de 2018. Disponível em: <<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2018/04/27/breves-apontamentos-sobre-o-feminismo/>> .

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BEDIA, Rosa Cobo. **Aproximaciones à la Teoría Crítica Feminista**. Boletín del Programa de Formación, Nº 1. CLADEM: Programa de Formación. 2014

BRASIL. Decreto-Lei nº 791, de 14 de Outubro de 1938. Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores. **Lex: Coleção de Leis do Brasil - 1938**, Página 30 Vol. 4.

BRASIL. LEI Nº 2.171, de 18 de janeiro de 1954. Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata. **Lex: Coleção de Leis do Brasil - 1954**, Página 18 Vol. 1.

BUTLER, Judith. "Sex and Gender in Simone De Beauvoir's Second Sex." *Yale French Studies*, no. 72. p. 35-49. 1986.

BUTLER, Judith. Sex and gender in Simone de Beauvoir's Second Sex. **Simone de Beauvoir: A critical reader**, v. 72, p. 29, 1998.

CAPRARO, Jaqueline et al. A inserção das mulheres na diplomacia brasileira através de Maria José de Castro Rebello Mendes. Orientadora: Prof. Dra. Sandra Leal. 58f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2021.

CREENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, vol. 43, no. 6, 1991, pp. 1241–1299.

COCKLES, Mariana; STEINER, Andrea Quirino. As mulheres na carreira diplomática brasileira: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n. 11, p. 250-280, 2017.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. **São Paulo: Boitempo**, 2016.

DELAMONICA, Laura Berdine Santos. Mulheres diplomatas brasileiras. Orientadora: Prof. Dra. Vânia Carvalho Pinto. 82f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, **Universidade de Brasília**. Brasília, 2014.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Oakland: University of California Press, 2014.

ECOSOC. Conselho Econômico e Social. Comissão da Situação da Mulher. **Review and appraisal of the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and the outcomes of the twenty-third special session of the General Assembly**. E/CN.6/2020/3. Disponível em: <<https://undocs.org/E/CN.6/2020/3>> .

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeed092dae3a>. Acesso em: 09/10/2020

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**—Tradução de Áurea B. Weissemberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GEIGER, A. W. & KENT, Lauren. **Number of women leaders around the world has grown, but they're still a small group**. Pew Research Center. 08 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/03/08/women-leaders-around-the-world/>> .

GOBO, Karla. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 38, p. 440-464, 2018.

HOUGHTON MIFFLIN COMPANY. **The American Heritage Guide to Contemporary Usage and Style**. Houghton Mifflin Harcourt, 2005.

IPU Parline. **Data on women in national parliament**. Brazil. Outubro de 2020. Disponível em: <https://data.ipu.org/node/24/data-on-women?chamber_id=13349>

IPU Parline. **Data on women in national parliament**. Nicarágua. Novembro de 2021. Disponível em: <https://data.ipu.org/node/123/data-on-women?chamber_id=13475>

IPU Parline. **Data on women in national parliament**. Rwanda. Novembro de 2021. Disponível em: <https://data.ipu.org/node/142/data-on-women?chamber_id=13514>

IPU Parline. **Monthly ranking of women in national parliaments**. Outubro de 2020. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2020>>

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideú, 1933. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 927-944, set. 2013.

MARTINS, Camis. Feminismo Decolonial: deslocando o entendimento de gênero. **Revista QG Feminista**, 2020. Disponível em: <<https://medium.com/@camismartins/3-feminismo-decolonial-deslocando-o-entendimento-de-g%C3%AAnero-85dcdc40a01c>> .

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. Feminizando a diplomacia: um estudo das narrativas de mulheres diplomatas. Orientadora: Prof. Dra. Vânia Carvalho Pinto. 105f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, **Universidade de Brasília, Brasília**, 2017.

MENDES, Marina Macêdo. Gênero e Relações Internacionais: a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. Orientador: Virgílio Arraes. 45f. Monografia (Especialização) – XII Curso de Especialização em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, **Universidade de Brasília**, Brasília, 2011.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 59-80, 2013.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. **#maismulheresdiplomatas**. Disponível: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/maismulheresdiplomatas> .

MRE. Ministério das Relações Exteriores. As mulheres na diplomacia brasileira. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14063-as-mulheres-na-diplomacia-brasileira>> .

NAPIKOSKI, Linda. Socialist Feminism vs. Other Types of Feminism. ThoughtCo, Aug. 26, 2020, [thoughtco.com/socialist-feminism-vs-other-feminism-3528987](https://www.thoughtco.com/socialist-feminism-vs-other-feminism-3528987).

NARAIN, Seema. Gender in International Relations: Feminist Perspectives of J. Ann Tickner. **Indian Journal of Gender Studies**. 2014.

NICARÁGUA. **Ministerio de la Mujer**. Ministerio de la Mujer ejecutará Plan 2020 para fortalecer el modelo de Paz, Dignidad y No Violencia. 06 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.minim.gob.ni/index.php/2020/01/06/ministerio-de-la-mujer-ejecutara-plan-2020-para-fortalecer-el-modelo-de-paz-dignidad-y-no-violencia/>>.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Cidade: Brasília. Elsevier, 2005.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Cidade: Rio de Janeiro. Rosa dos tempos, 1995.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**. 1995. Disponível em: <https://beijing20.unwomen.org/~/_/media/headquarters/attachments/sections/csw/pfa_e_final_web.pdf>.

ONU Mulheres. **Documentos de referência.** Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>> .

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 238-241, 2004.

PALMIERI, Marina Mol Pereira. Relações internacionais sexistas: divisão sexual do trabalho na carreira diplomática brasileira. Orientadora: Prof. Dra. Flávia Souza Máximo Pereira. 44f. Monografia (Graduação) – Bacharel em Direito, Departamento de Direito, **Universidade Federal de Ouro Preto**, Ouro Preto, 2021.

PETERSON, V. Spike. **Feminisms and International Relations' Gender & History.** Vol.10, No.3. Oxford: Blackwell Publishers Ltd. 1998.

QUINTELLA, T. A presença feminina na diplomacia brasileira. **Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros**, Brasília, ano IX, n. 41, jul./set. 2002.

REBELO, Tamyá Rocha. **Lentes de gênero para as missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas.** Coleção PROPG Digital (UNESP), 2012.

RODRIGUES, Anna Priscilla Cabral; MOURA, Nayanna Sabiá. Participação das Mulheres na Diplomacia Brasileira. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, v. 5, n. 1, 2019.

ROSALEN, Eloísa. **Entre desigualdades, limites e relações de gênero: a democracia no Brasil.** Cidade: São Paulo. Boitempo Editorial, 2018.

SALVATERRA, Sara Cristina Semedo Fortes Jerónimo. Mulheres na diplomacia contemporânea: desafios e perspectivas nas Relações Internacionais. Orientadora: Prof. Dra. Ísis Aparecida Conceição. 47f. TCC (Graduação) – Bacharelado em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira**, São Francisco do Conde, 2019.

SANTIN, Andria Caroline Angelo. Perspectivas feministas, interseccionalidades e o encarceramento de mulheres no Brasil (2006-2018). Orientadora: Prof. Dra. Jussara Reis Prá. 189f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2019.

STEPHENSON, Mary-Ann. **A Guide to Gender-Responsive Budgeting.** 2018. Disponível em: <<https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620429/gt-guide-gender-responsive-budgeting-280218-en.pdf?sequence=13>> .

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations : An Unfinished Journey.** Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

SYLVESTER, Christine. **Feminist theory and international relations in a postmodern era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DA CONCEIÇÃO TELLES, Julia Ramos. O sexismo dentro do instituto Rio Branco e a estagnação profissional das mulheres diplomatas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 16111-16131, 2020.

THOMPSON, Karen Brown. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**. Chicago: The University of Chicago Press. Vol 1, No. 1. 1995, p. 208-212.

TICKNER, J. Ann et al. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann., & SJOBERG, Laura. **Feminism and international relations : Conversations about the past, present and future**. New York: Routledge, 2011.

TRUE, Jaqui. Feminism. In. BURCHILL, Scott et al. **Theories of International Relations**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2005. P. 213-234.

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n. 11, p. 24-57, 2017.